



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Nº DO PROCESSO 25809/2024

DATA -- SET 2024

612

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: 827322b2-f0d1-4249-bbf0-bd175bb5727a  
Protocolo: Processo Requerimento Nº 025809/2024  
Data: 17/09/2024 10:42:24  
Origem: REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*  
Contato: REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*  
Protocolador: YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA  
Assunto: RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS  
Detalhamento: RECURSO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA 17/09/2024 10:43:16	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada



Nº DO PROCESSO	25809/2024
DATA	-- SET 2024
	3

**ILMO(A) SR(A) DR(A) PREGOEIRO(A) E EQUIPE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ.**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **AQUISIÇÃO de COMBUSTÍVEIS** (gasolina comum e óleo diesel-S10), com oferta de maior desconto na média da tabela ANP (Agência Nacional de Petróleo), com fornecimento de sistema de controle e gestão de abastecimento de toda frota de veículos oficiais, cessão de 2 (dois) tanques “aéreos”, um para gasolina comum e outro para diesel s-10 com capacidade mínima de 15.000 LTs cada, com sistema eletrônico para aferição em tempo real do nível de combustível em cada tanque, que atuará como controle de entrada no descarregamento via caminhão-tanque, 2 (duas) bombas de abastecimento do tipo digital, com 2 (dois) bicos cada (gasolina e diesel), além das instalações básicas exigidas pelas normas regulamentadoras e trabalhistas vigentes, para atender às necessidades das Secretarias Municipais, pelo período de 01 (ano). (g.n)

**REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A.**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob nº 02.913.444/0016-20, com sede na Rua Miguel de Cervantes, nº 215, sala 02 Vila Actura, Campos Elíseos, no Município de Duque de Caxias/RJ e, com escritório administrativo e endereço de correspondência na Av. Braz Olaia Acosta, nº 727, sala 1601 – 16 andar, Jardim Califórnia, na cidade de Ribeirão Preto/SP, CEP. 14.026-040, por meio de seu Procurador subscrito ‘*in fine*’, vem, respeitosa e tempestivamente, a ilustre presença de Vossa Senhoria, na forma da legislação vigente, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com fulcro na Lei Federal 14.133/2021, pelos motivos de fato e direito que passa a expor:

**1. DOS FATOS**

Com fulcro na legislação vigente, o **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ**, abriu Procedimento Licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90.093/2024**, cuja finalidade é a aquisição de Combustíveis **Gasolina Comum e Diesel S10**, com o comodato de 02(dois) tanques equipados com as respectivas bombas de abastecimentos e acessórios, ambos como com sistema eletrônico para aferição em tempo real do nível de combustível em cada tanque, a fim de atender as necessidades da Prefeitura.



Contudo, equivocadamente a empresa **FLAGER COMBUSTÍVEIS S/A** foi habilitada e restou vencedora. Neste recurso restará comprovado que a **RECORRIDA** deixou de apresentar os atestados de capacidade técnica compatíveis com o exigido em edital, bem como, deixou de demonstrar saúde financeira para cumprimento contratual, conforme veremos abaixo:

## 2. DA INCONFORMIDADE DOS ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Primeiramente, ressaltar que o(a) Administrador(a) Público(a) deixou de observar todos os preceitos legais, bem como aqueles descritos no instrumento convocatório, razão pela qual se mostra equivocada a decisão que habilitou e declarou vencedora a empresa **FLAGER COMBUSTÍVEIS S/A** para os itens Gasolina Comum e Óleo Diesel S10.

Importante destacar que a **DECLARAÇÃO UNILATERAL DO LICITANTE NÃO TEM O CONDÃO DE SUBSTITUIR OS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA**, tampouco se prestariam a aferir eventual capacitação técnica daquele, sendo que, se aceita tal possibilidade, estaríamos diante de nítida ilegalidade, ferindo princípios constitucionais e a própria lei de licitações, sendo latente a irregularidade que seria perpetrada caso tal condição não seja avaliada pelo(a) Nobre Pregoeiro(a), poderia até mesmo acarretar em eventual caracterização de prevaricação do mesmo, fato que desde já alertamos.

Conforme edital, as empresas deveriam demonstrar aptidão para desempenho de atividades compatíveis, cabendo ser demonstrado que as elas forneceram/executaram bens e serviços compatíveis com o exigido neste certame, **vide previsto no item 19.1 do edital:**

### 19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

19.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Ora, quando o instrumento convocatório fala em **“fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente”**, é evidente que não se trata somente da entrega dos combustíveis, mais sim, **este estaria se referindo a instalação de tanques,**



Nº DO PROCESSO.	25809/2024
DATA	-- SET 2024
	5

bem como da disponibilização e instalação de sistema eletrônico para aferição dos níveis dos combustíveis em tempo real, exatamente como exigido em edital.

Nobres Julgadores, é nítido que o edital indica que as licitante devem comprovar qualificação técnica para instalação e manutenção das bombas de abastecimento, bem como demonstrar que já executaram contratos que tenham de instalar tanques e equipamentos de relacionados ao sistema eletrônico para aferição em tempo real do nível de combustível em cada tanque, fato incontestado diante das alegações acima.

Conforme demonstra-se abaixo, as licitante vencedora ficará responsável pela instalação dos tanques e equipamentos de abastecimento, bem como deverá, no mesmo ato, disponibilizar sistema de medição dos combustíveis em tempo real no prazo de até 30(trinta) dias, como previsto no item 3.2 (subitens 3.2.1 e 3.2.2) do Termo de Referência, *ex vi*:

### 3.2 DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO POSTO DE COMBUSTÍVEL

3.2.1 A EMPRESA deverá realizar a instalação de: 2 (dois) tanques aéreos de 15.000 (quinze mil) litros CADA, 2 (duas) bombas digitais com 2 (dois) bicos cada, 1 (um) filtro de linha, 1 (um) programa de gerenciamento de abastecimento da frota, com sistema de transmissão de dados online, para 4 (quatro) bicos e disponibilizar 380 (trezentos e oitenta) equipamentos eletrônicos para instalação em veículos, 1 (um) filtro de Diesel, 2 (duas) sondas de nível para os tanques para aferição em tempo real, via smartphone ou pc desktop do nível atual de combustível e controle de descarregamento da entrega. Estes equipamentos serão disponibilizados em REGIME DE COMODATO e os gastos com transporte e instalação ocorrerão as expensas da contratada. Deverão também ser instaladas bombas reservas do mesmo tipo/modelo, em conformidade com o item.

3.2.2 O prazo máximo para a finalização das instalações de equipamentos de que trata o item 13.1 não excederá o limite máximo de 30 (trinta) dias corridos;

Vale lembrar que a **RECORRIDA** não fez qualquer impugnação ou pedido de esclarecimentos à Comissão de Licitações sobre a necessidade de apresentar atestado de qualificação técnica que indicasse que ela já executou qualquer contrato em que tivesse de instalar e fazer manutenção corretiva e preventiva em bombas de abastecimento, bem como que tivesse executado qualquer contrato onde tenha instalado sistema para medição dos combustíveis em tempo real.

O que se vê, é que **todos os seus atestados de capacidade técnica juntados pela empresa FLAGER** são relativos a entregas feitas a **Postos Revendedores de Combustíveis - (POSTOS DE COMBUSTÍVEIS)**, sendo evidente que nos



para os postos em questão, a licitante **FLAGER** não teve de fazer a instalação de tanques, tampouco a instalação de sistema para medição dos combustíveis, fato incontestado e que não pode ser relevado neste certame.

Assim, com base nas informações acima, chega-se à conclusão lógica de que não existe nenhum contrato entre a RECORRIDA e os POSTOS que lhe forneceram os atestados, **RAZÃO PELA QUAL ESTES SÃO INVÁLIDOS/IMPRESTÁVEIS A COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA PARA ESTE CERTAME.**

### 3. DO NÃO ATENDIMENTO DA QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

Não bastasse os atestados de capacidade técnica serem inválidos a comprovação exigida em edital, ainda, **a empresa VENCEDORA DESTE CERTAME JAMAIS PODERIA TER SIDO HABILITADA**, isso porque a RECORRIDA deixou de atender o item do instrumento convocatório que trata da qualificação econômico-financeira, dizemos isso porque a RECORRIDA junta Balanço Patrimonial com **DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA EM DESACORDO AO EXIGIDO EM EDITAL.**

Para melhor deslinde do caso, segue a Análise do Balanço apresentado neste certame pela empresa **FLAGER COMBUSTÍVEIS S/A para os exercícios 2022 e 2023**, senão vejamos:

#### • GERAÇÃO DE CAIXA

Em simples análise das demonstrações financeiras apresentadas pela **FLAGER**, restou identificado que, apesar da empresa ter apresentado supostas evoluções de vendas, a empresa demonstra ter obtido uma geração de caixa (lucro líquido) extremamente baixa diante da sua operação (R\$567 mil de lucro), visto que a lucratividade representa somente 0,03% da receita bruta.

Importante ressaltar que esse índice é essencial para medir a continuidade operacional e financeira de uma entidade, visto que a ausência de uma lucratividade saudável gera

incertezas sobre como a companhia irá garantir suas operações de forma sustentável se mantidos os índices da forma que estão.

- **ALTO GRAU DE ENDIVIDAMENTO E ALAVANCAGEM**

A Companhia apresenta 98% de seus ativos totais ligados a capital de terceiros, ou seja, a **FLAGER** possui um saldo relevante de endividamento com terceiros. Adicionalmente a este fato, ao analisarmos o grau de endividamento sobre o PL a companhia apresenta um número muito além do requerido, sendo que, no ano de 2024 a companhia apresentou um índice de grau de endividamento II de R\$57,96 em 2024, mesmo sendo exigido que tal valor fosse menor que R\$1,00.

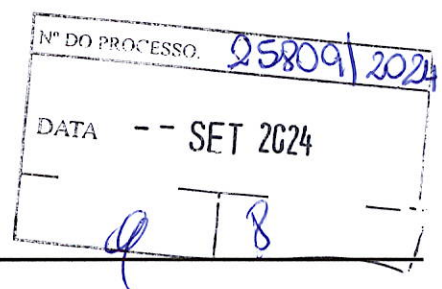
Insta ressaltar que, o alto grau de endividamento juntamente com a ausência de uma geração de fluxo de caixa saudável, **apresenta um problema crônico que a empresa enfrenta diante da sua continuidade operacional**, fato que deve ser considerado para detecção da real saúde financeira da empresa.

- **PRESENÇA DE EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS NÃO CLASSIFICADOS ENTRE PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES**

Verificamos que a Companhia apresentou um valor de empréstimos de R\$58.665.955,75 (cinquenta e oito milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e setenta e cinco centavos) em 2024, o qual contempla os credores (i) **ALPHA CONTA GARANTIDA** e (ii) **EMPRESTIMO FIDD DTVM LTDA**.

Destacamos que para “adequar” seu balanço, a empresa **FLAGER** deliberadamente teria deixado de realizar a segregação entre o passivo circulante e não circulante, conforme determina as normas contábeis, assim, a empresa nitidamente teria deixado todo o valor no passivo não circulante, não havendo a indicação de que tivesse registrado tais valores de acordo com as normas contábeis, o que nos leva a conclusão de que os índices apresentados podem ser totalmente diferentes aos indicados pela empresa, especialmente no que se refere ao Índice de Liquidez Corrente (LC).





• OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS INCLUÍDAS INDEVIDAMENTE NOS ÍNDICES

Neste ponto, a FLAGER teria apresentado um valor no passivo à título de EMPRESTIMOS COLIGADAS/CONTROLADAS de R\$18.434.739,72(dezoito milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, setecentos e trinta e nove reais e setenta e dois centavos) o que teria sido obtido junto a empresa FIT PARTICIPAÇÕES.

Porém, ao analisar as contas de ativos na pública de ADIANTAMENTO A FORNECEDORES (no grupo de ATIVO CIRCULANTE), **podemos identificar diversos valores em aberto**, tendo, ainda, o valor de R\$13.000.000,00(treze milhões de reais) junto a empresa LOGFIT LOGISTICA E SERVICOS S A, a qual aparentemente é uma empresa do mesmo grupo econômico, assim, não se pode considerar tais saldos nos cálculos dos índices relacionados, visto que pode se caracterizar e uma clara fraude contábil com o intuito de inflar contas patrimoniais para se obter índices favoráveis, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Indicadores relacionado a performance resultado				
Descrição	Descrição	Fórmula	2023	2022
Índice de Liquidez Corrente (LC)	Este índice indica a capacidade da empresa de pagar suas obrigações de curto prazo	$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$ $LI = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizavel a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	1,43	1,50
Índice de Liquidez Geral (LG)	Este índice indica a capacidade da empresa de cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.		1,01	1,15
Endividamento Geral (EG)	Este índice mostra a proporção de ativos da empresa financiados por capital de terceiros.	$EG = \frac{\text{Capital de terceiros}}{\text{Ativos totais}} \times 100$	0,98	0,77



Nº DO PROCESSO	25809/2024
DATA	-- SET 2024
	9

Grau de Endividamento (GE)	Este índice indica a proporção do capital da empresa que vem de fontes externas (empréstimos, financiamentos etc.).	$GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não circulante}}{\text{Patrimônio líquido}}$	57,96	3,30
Índice de Solvência Geral (SG)	Este índice expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas	$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	1,02	1,30

Resumindo, o Balanço Patrimonial apresentado pela **RECORRIDA** apresenta **SÉRIAS INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS**, razão pela qual **a empresa FLAGER COMBUSTÍVEIS S/A deve ser INABILITADA NESTE CERTAME.**

E mais, caso sejam considerados os valores dos empréstimos (que estão em sua totalidade classificados como o passivo não circulante) para as contas de passivos circulantes, o índice de Liquidez Corrente partiria de R\$1,43 para R\$1,01, **fora do exigido em edital.**

Como se vê, a própria **RECORRIDA** demonstra fragilidade financeira, sendo que o seu balanço patrimonial atesta, de forma inequívoca, a nítida **INCAPACIDADE FINANCEIRA DA EMPRESA FLAGER COMBUSTÍVEIS S/A** de garantir o contrato.

#### 4. DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE APRESENTADA PELA RECORRIDA EM OUTRO CERTAME

Nobre Pregociro(a), a **RECORRIDA** apresentou atestados de capacidade técnica imprestáveis, vez que estes não comprovam que ela tenha executado qualquer contrato onde teve de instalar tanques e bombas de abastecimento, tampouco que tenha executado contrato onde comprove ter instalado sistema para medição dos combustíveis e, de ter apresentado Balanço





e 10

Patrimonial em desconformidade com o exigido, **FATOS QUE JUSTIFICAM A SUA INABILITAÇÃO**, para piorar, **a PRÓPRIA RECORRIDA DECLARA/ATESTA A SUA INIDONEIDADE E IMPEDIMENTO DE LICITAR**, fato este demonstrado em declaração juntada pela própria licitante em processo licitatório realizado pela **Prefeitura Municipal de Itanhaém** no estado de São Paulo.

Para melhor deslinde, **visando demonstrar os motivos pelo qual a RECORRIDA jamais poderia ser habilitada neste certame**, segue a **DECLARAÇÃO ASSINADA PELA REPRESENTANTE DA RECORRIDA** a Prefeitura de Itanhaém/SP, **ONDE DECLARA EXPRESSAMENTE SER INIDÔNEA PARA LICITAR**:



## DECLARAÇÃO UNIFICADA

AO PREGOEIRO  
À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAÉM/SP  
PROCESSO Nº 13460/2024  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2024  
DATA E HORÁRIO DE INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 04/09/2024 às 10:00h

A empresa **FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A** inscrita no CNPJ sob nº 10.775.497/0004-16 sediada na Av. New Jersey, 840 – Anexo Parte 2 – no bairro Centro Industrial de Arujá na Cidade de Arujá/SP, representada por sua Procuradora abaixo assinada, a **Sra. Denise Ap. Campos Passos**, Brasileira, Divorciada, Coordenadora de Licitações, portadora do RG nº 24.153.520-7 e CPF nº 260.031.460-77, **DECLARA** abaixo, sob as penas da Lei:

- a) Item 6.22.1 declaramos o pleno cumprimento dos requisitos de habilitação;
- b) Item 6.22.4 declaramos que cumprimos as exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.
- c) Item 6.26 declaramos que nossa proposta econômica compreende a integralidade total dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- d) Item 6.14.4 declaramos inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Itanhaém/SP, 04 de setembro de 2024.

DENISE APARECIDA  
CAMPOS  
PASSOS 26003146077  
FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A  
DENISE AP. CAMPOS PASSOS  
PROCURADORA / COORDENADORA DE LICITAÇÕES

Ora, **a própria FLAGLER DECLARA SUA INIDONEIDADE PARA LICITAR E/OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, razão pela qual **pugna-se pela inabilitação/desclassificação dela neste certame**.

A **RECORRENTE**, inconformada com a habilitação da licitante **FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A**, informa a equipe de licitações que **a “vencedora” do certame NÃO ATENDEU OS REQUISITOS EDITALÍCIOS**, cabendo a mesma ser devidamente **INABILITADA** neste processo licitatório.

Os princípios pelos quais os Órgãos Públicos se acham vinculados estão dispostos no artigo 37 da Constituição Federal, bem como na nova lei de licitações, sendo estes o da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e vinculação ao instrumento convocatório.**

Merece destaque que os princípios acima visam inibir que Administração Pública tome decisões que possam beneficiar determinado fornecedor em detrimento de outro, razão pela qual devem ser obedecidos de forma indiscriminada e irrestrita, sob pena que tais decisões sejam caracterizadas como forma de direcionamento do certame, o que sabemos é vedado por lei.

O que se espera, é que a equipe de licitações julgue de forma imparcial a documentação apresentada e, **caso não seja atendido o exigido pelo instrumento convocatório, o licitante deve ser desclassificado, é justamente o que pugnamos neste caso.**

Portanto, demonstramos neste recurso, de forma inequívoca, que a **RECORRIDA** teria descumprido com os requisitos de habilitação, **restando inconteste que a empresa FLAGER flagrantemente deixou de atender o exigido no instrumento convocatório,** razão pela qual merece ser desclassificada neste certame.

Afora a **RECORRIDA** não ter comprovado qualificação técnica para instalação e manutenção nos equipamentos de abastecimento, ainda, demonstra não ter capacidade financeira para garantir o contrato, e pior, **SE DECLARA INIDÔNEA, sendo demonstrado que a FLAGER não atende os ditames editalícios, fato inconteste.**

Lembramos, aqui, que todas as licitantes, sem exceção, devem cumprir rigorosamente os dispositivos legais e, por esta razão a apresentação de documentos exigidos no edital devem ser integralmente cumpridos, cabendo o mesmo rigor ser adotado na análise da documentação das demais participantes, até que alguma cumpra integralmente com o exigido no instrumento convocatório.

Dito isso, caso a **FLAGER COMBUSTÍVEIS S/A** se sagre vencedora, **tal habilitação será feita de forma totalmente irregular,** conforme demonstrado neste recurso.



## 5. DA IMPOSSIBILIDADE DE JUNTADA DE DOCUMENTOS NESTA FASE DA LICITAÇÃO

Ínclitos julgadores, somente a título de informação, é importante destacar que a fase para juntada dos documentos de Habilitação já se encerrou, sendo evidente o fato de que as partes não poderão juntar novos documentos nesta fase da licitação, pois evidentemente irregular tal possibilidade diante da lei de licitações.

Destacamos que a desde a lei 8.666/1993 já havia tal previsão, o que se vislumbra no art. 43, §3º e que foi mantido pelo art. 64 Lei 14.133/2021 os quais informam que é *“facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”*. (g.n).

Para melhor deslinde, vejamos o que trata o art.64 da Lei 14.133/2021:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos**, salvo em sede de diligência, para:

I – complementação de informações **acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes** e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II – atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, **a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica**, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação. (g.n)

Portanto, é indiscutível que a lei de licitações veda a inclusão de documentos ou informações as quais deveriam originariamente ter sido apresentadas pelas licitantes nas fases de habilitação e de proposta, exatamente como destacamos no caso em análise.

Destacamos o fato de que as diligências não têm por escopo a juntada de documentos que as licitantes deveriam ter apresentado nas fases de habilitação e proposta, sendo que as diligências previstas em lei seriam basicamente para:

- 1) esclarecimento de dúvidas;
- 2) obtenção de informações complementares;
- 3) saneamento de falhas (vícios e/ou erros).

Dito isso, é notório que a RECORRIDA deixou de juntar e/ou juntou documentação habilitatórias em desacordo com exigido em edital, uma vez que:

- apresentou atestados de capacidade técnica que não comprovam sua capacidade para instalação de tanques e bombas de abastecimento;
- não demonstrou ter executado qualquer contrato onde tivesse de instalar sistema de medição de combustíveis;
- juntou balanço patrimonial em desacordo com as normas contábeis e;
- o mais grave, apresentou em outro certame DECLARAÇÃO ATESTANDO SUA INIDONEIDADE, declaração esta assinada pela mesma procuradora que representa a empresa neste certame, fato que por si só justificaria a desclassificação da FLAGER, neste ou em qualquer outro certame.

Pelas razões acima, **a FLAGER MERECE SER INABILITADA**, já que teria deixado de preencher diversos requisitos de habilitação exigidos neste certame.

Diante da impossibilidade legal da RECORRIDA juntar novos documentos, requer seja devidamente apreciado e deferido o presente Recurso, por todos os fatos e fundamentos aqui lançados, razão pela qual passaremos a requer o que segue:





Nº DO PROCESSO.	25809/2024
DATA	-- SET 2024
	<i>[Handwritten signature]</i>
	14

## 6. DO PEDIDO

Em face de todo o arrazoadado, aqui apresentado e, com base nas inequívocas provas trazidas ao conhecimento desta íclita Comissão de Licitações, exora-se ao eminente Julgador(a), que o recurso seja **DEFERIDO *in totum***, com a consequente, esperada e devida **inabilitação da licitante FLAGER COMBUSTÍVEIS S/A**, haja vista todos os fatos e fundamentos apresentados neste recurso

Sendo assim, merece ser **PROVIDO O PRESENTE RECURSO** por qualquer dos fundamentos apresentados, sejam juntos e/ou isoladamente, pois, todos justificam de forma inequívoca o pedido de **INABILITAÇÃO** da **RECORRIDA** e o consequente **PROVIMENTO DO PRESENTE RECURSO**.

Assim, confiante no elevado sentido de justiça de Vossa(s) Senhoria(s), aguardamos **julgamento favorável ao presente recurso**, sendo medida de lúdima justiça!!!

São estes os termos em que, pede e espera deferimento.

De Ribeirão Preto/SP para Nova Friburgo/RJ, 13 de setembro de 2024.

**RICARDO PADILHA  
SALDANHA**

Assinado de forma digital por  
RICARDO PADILHA SALDANHA  
Dados: 2024.09.13 13:27:17  
-03'00'

**REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A**  
Ricardo Padilha Saldanha - Procurador



Nº DO PROCESSO	25809/2024
DATA	-- SET 2024
	15

## DECLARAÇÃO UNIFICADA

AO PREGOEIRO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAÉM/ SP

PROCESSO Nº 13460/2024

PREGÃO ELETRONICO Nº 101/2024

DATA E HORÁRIO DE INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 04/09/2024 às 10:00h

A empresa **FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A** inscrita no CNPJ sob nº 10.775.497/0004-16 sediada na Av. New Jersey, 840 – Anexo Parte 2 – no bairro Centro Industrial de Arujá na Cidade de Arujá/SP, representada por sua Procuradora abaixo assinado, a **Sra. Denise Ap. Campos Passos**, Brasileira, Divorciada, Coordenadora de Licitações, portadora do RG nº 24.153.520-7 e CPF nº 260.031.468-77, **DECLARA** abaixo, sob as penas da Leis:

- a) **Item 6.22.1** declaramos o pleno cumprimento dos requisitos de habilitação;
- b) **Item 6.22.4** declaramos que cumprimos as exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.
- c) **Item 6.26** declaramos que nossa proposta econômica compreende a integralidade total dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- d) **Item 8.14.4** declaramos inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Itanhaém /SP, 04 de setembro de 2024.

DENISE APARECIDA  
CAMPOS  
PASSOS:26003146877

Assinado de forma digital por  
DENISE APARECIDA CAMPOS  
PASSOS:26003146877  
Dados: 2024.09.03 11:08:31  
-03'00'

**FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A**  
**DENISE AP. CAMPOS PASSOS**  
**PROCURADORA / COORDENADORA DE LICITAÇÕES**

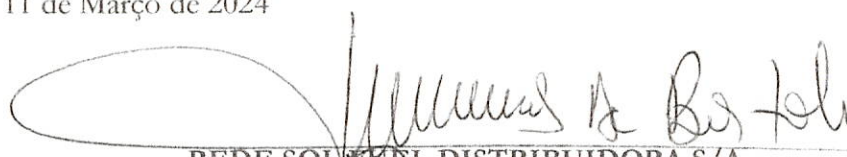


**INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO**

Por este instrumento de Procuração, a empresa **REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A.**, matriz com sede à Avenida Braz Olaia Acosta, nº 727, 16º andar – sala 1601, Jardim Califórnia, na cidade de Ribeirão Preto/SP, regularmente inscrita no CNPJ sob nº 02.913.444/0015-49, Inscrição Estadual nº 797.281.335.113, e **SUAS FILIAIS**, neste ato representadas pelo **Sr. VALDEMAR DE BORTOLI JÚNIOR**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 13.069.627-4, inscrito no CPF sob nº 071.367.198-01, através da presente, constitui seus bastante procuradores, os Srs. **FERNANDO CALURA TIEPOLO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SP sob nº 208.643, portador da cédula de identidade nº 30.921.603-5, inscrito no CPF sob nº 306.967.918-89, **FLÁVIO JANDOSO NAVARRO**, brasileiro, solteiro, diretor comercial, portador da cédula de identidade nº 27.187.396-6 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 271.444.508-08, **RICARDO PADILHA SALDANHA**, brasileiro, casado, analista de licitações, portador da cédula de identidade nº 3069219479 SSP/RS, inscrito no CPF sob nº 747.830.500-82, **TATIANA SIQUEIRA WIMMERS**, brasileira, divorciada, analista de licitações, portadora da cédula de identidade nº 21.639.422-3 SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 270.147.308-00, **DÉBORA KELLY DOS REIS MARCON**, brasileira, solteira, analista de licitações, portadora da cédula de identidade nº 30.455.528-9 SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 215.034.678-80, **LETÍCIA BECKMAN RODRIGUES**, brasileira, solteira, advogada, OAB/AP sob o nº 4170, portadora da cédula de identidade 338101-AP, inscrita no CPF sob nº 024.128.662-01, todos com escritório localizado à Av. Braz Olaia Acosta, nº 727, 16º andar – sala 1601, Jardim Califórnia, CEP. 14.026-040, na cidade de Ribeirão Preto/SP e **ANDRÉIA DE CASTRO**, brasileira, solteira, faturista, portadora da cédula de identidade nº 1.647.594 DGPC-GO, inscrita no CPF sob nº 586.910.731-87 com escritório localizado à Av. Tropical, s/nº, sala 07 – Lote 5/6A, Distrito Ind. Brasil Central, na cidade de Senador Canedo/GO, com o fim de participação em licitações (todas as modalidades), com amplos poderes de decisão, podendo, para tanto, assinar requerimentos, representações, interpor e renunciar recursos e defesas administrativas, prestar esclarecimentos, receber notificações e intimações, requerer a inscrição em registro cadastral de órgãos públicos e no sistema de licitações do Banco do Brasil, ofertar lances, negociar preços, assinar declarações e propostas comerciais, bem como o Contrato Administrativo ou Ata de Registro, Ata de fornecimento e em nome desta defender seus direitos, podendo, para tanto, substabelecer esta a outrem com ou sem reserva de poderes.

**Prazo de Validade: 24 (Vinte e quatro meses), contados da data da assinatura da presente.**

Jardinópolis/SP, 11 de Março de 2024

  
**REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A.**  
Valdemar de Bortoli Júnior – Diretor Presidente

**2º TABELIAÇÃO**

**2º TABELIAÇÃO DE NOTAS DE RIBEIRÃO PRETO**  
AV. PROFESSOR JOÃO FIUZA, 979 - CEP 14025-320 - ALTO DA BOA VISTA - TEL/FAX: 3902-4222  
DANIEL PAES DE ALMEIDA - TAPELIÃO

Reconheço por AUTENTICA e aposta em minha presença 1  
Firma(s) de: (1) VALDEMAR DE BORTOLI JÚNIOR  
Ribeirão Preto, 18/03/2024. Em test. da verdade

Ana Beatriz Oliveira Rodrigues - ESCRIVENTE  
Valor: R\$ 21,07. Selo(s) 0863AA0673261

**SEGUNDA TABELIAÇÃO DE NOTAS**  
Ana Beatriz Oliveira Rodrigues  
Escrivente  
RIBEIRÃO PRETO - SP

  
423877  
RECONHECIMENTO  
POR AUTENTICIDADE  
RA0863AA0673261



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

SP

NOME  
VALDEMAR DE BORTOLI JUNIOR

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF  
13069627 SSP SP

CPF  
071.367.198-01

DATA NASCIMENTO  
11/12/1965

FILIAÇÃO  
WALDEMAR DE BORTOLI  
IRACY AFFONSO DE BORTOLI

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
C

Nº REGISTRO  
02935826405

VALIDADE  
30/09/2026

1ª HABILITAÇÃO  
05/07/1984

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
RIBEIRÃO PRETO, SP

DATA EMISSÃO  
30/09/2021

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

01879196293  
SP007472209

SÃO PAULO

DENATRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
2285662345

## QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN



DATA - - SET 2024


OR-CODE




Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.


As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

**SERPRO/SENATRAN**



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
 SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO





## CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 \* NOME E SOBRENOME  
**RICARDO PADILHA SALDANHA**

1ª HABILITAÇÃO  
**26/07/1994**

3 DATA LOCAL E UF DE NASCIMENTO  
**31/05/1976, CRUZ ALTA, RS**

4a DATA EMISSÃO  
**11/09/2023**

4b VALIDADE  
**11/09/2033**

ACC  
**D**

4c DOC IDENTIDADE / ÔRG EMISSOR / UF  
**3069219479 SSP/PC RS**

6d CFI  
**747.830.500-82**


5 Nº REGISTRO  
**00474794008**

9 CAT HAB  
**B**








NACIONALIDADE  
**BRASILEIRO**







FILIAÇÃO  
**ALBERY MACHADO SALDANHA**

7 ASSINATURA DO PORTADOR



MARLI TERESINHA PADILHA SALDANHA

	9	10	11	12
ACC				
A				
A1				
B			11/09/2033	
B1				
C				
C1				

	9	10	11	12
D				
D1				
BE				
CE				
C1E				
DE				
D1E				

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL  
**CRAVINHOS, SP**

ASSINADO DIGITALMENTE  
 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

8391045811  
 SP019952162

# SÃO PAULO

2 e 3. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth / Fecha y Lugar de Nacimiento – Data de Emissão / Issuance Date / Fecha de Emisión / Data de Validade / Validity Date / Fecha de Vigencia – Documento de Identificação / Identification Document / Documento de Identificación – Orgão emissor / Issuing Authority / Órgano Emissor – Número de Registro do CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver License Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones – Local / Place / Lugar

I<BRA004747940<081<<<<<<<<<<  
7605312M3309117BRA<<<<<<<<<<6  
RICARDO<<PADILHA<SALDANHA<<<<<

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ

CONTRARRAZÕES AO RECURSO  
ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA  
REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA -  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.093/2024.

**FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob nº 10.775.497/0002-54, estabelecida e localizada na Rua Monroe, nº 515 - Sala 01 / Lote 01 - Vila Actura, na cidade de Duque de Caxias/RJ, CEP: 22775-022, por seu representante legal que a esta subscreve, vem, com fundamento no item 22.7 do Edital em referência e no artigo 165, §4º, da Lei nº 14.133/2021, apresentar

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

interposto por **REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A.**, inscrita no CNPJ nº 02.913.444/0016-20, pelos fatos e fundamentos expostos a seguir.



Nº DO PROCESSO.	25809/2024
DATA	-- SET 2024
	10

## **I. - DA TEMPESTIVIDADE**

1. Inicialmente, destaca-se que, nos termos do item 22.7 do edital em referência, cabe recurso administrativo no prazo de 3 (três) dias úteis e, em igual prazo, ficam os licitantes intimados para apresentar suas contrarrazões.

2. Portanto, considerando que o prazo da recorrente findou em 13/09/2024 (sexta-feira), a ora recorrida tem até 18/09/2024 (quarta-feira) para apresentar suas devidas contrarrazões, razão pela qual as presentes Contrarrazões encontram-se tempestivas.

## **II. - DOS MOTIVOS DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO.**

3. Em suma, de maneira genérica e imprecisa, a Recorrente alega que a Recorrida teria **(i)** deixado de apresentar os atestados de capacidade técnica compatíveis com o exigido no edital; e **(ii)** deixado de apresentar documentos essenciais e atualizados para demonstrar sua capacidade econômico-financeira para o cumprimento do contrato. Vejamos:

*"Contudo, equivocadamente a empresa FLAGER COMBUSTÍVEIS S/A foi habilitada e restou vencedora. Neste recurso restará comprovado que a RECORRIDA deixou de apresentar os atestados de capacidade técnica compatíveis com o exigido em edital, bem como, deixou de demonstrar saúde financeira para cumprimento contratual [...]"*

4. Contudo, como será exposto adiante, os argumentos recursais não devem prosperar, sendo o objetivo destas Contrarrazões repelir de maneira clara e irrefutável tais pretensões.

**III. - DA SATISFAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES EDITALÍCIAS. DA APRESENTAÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NA FASE DE HABILITAÇÃO. DA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA.**

5. Como é sabido, após a etapa de lances e posterior análise das documentações apresentadas, a ora Recorrida foi devidamente habilitada pelo nobre Pregoeiro.

6. Descontente com o resultado, a Recorrente apresentou o ora contrarrazoado recurso, suscitando fatos de todo descabidos. Dentre eles, alegou que a Flagler teria deixado de apresentar os atestados de capacidade técnica compatíveis com o exigido no edital.

7. Ao contrário da falácia afirmada pela Recorrente, inexiste, nos termos editalícios, qualquer obrigação de juntada de documento que comprove a qualificação técnica da licitante para instalação de tanques, manutenção das bombas de abastecimento e trocas dos filtros.

**19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

19.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Os termos do edital, quanto a comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da contratação da licitação, é tão direto e evidente que o alegado pela Recorrente beira a pura má-fé.



DATA -- SET 2024

Como se verifica a FLAGLER forneceu vários atestados que comprovaram o atendimento de serviço com características semelhantes ao objeto do edital, qual seja, o "FORNECIMENTO" de Diesel S10 e Gasolina Comum.

Ante tal fato, a Recorrida atendeu à qualificação técnica exigida no edital. Interpretação diversa estaria em desacordo com as normas que regem a licitação, tais como o princípio da vinculação ao edital.

**IV. - DA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. DAS ALEGAÇÕES FALACIOSAS DA RECORRENTE. DA VINCULAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL.**

Não bastasse a inverdade quanto a falta de comprovação de capacidade técnica, a Recorrente alegou ainda, infundadamente, que a FLAGLER não teria atendido as exigências editalícias relacionadas a qualificação econômico-financeira, dispostas no item 18 do edital, por, em suma: **(i)** baixa geração de caixa; **(ii)** alto grau de endividamento e alavancagem; **(iii)** existência de empréstimos bancários não classificados entre passivos circulantes e não circulantes; e **(iv)** operações com partes relacionadas.

Contudo, conforme será demonstrado a seguir, nenhum dos argumentos apresentados merece prosperar, vez que se trata de alegações infundadas, suscitadas exclusivamente com o objetivo de confundir o nobre pregoeiro, tumultuar o certame e prejudicar a empresa ora Recorrida.

Nº DO PROCESSO	25809/2024
DATA	-- SET 2024
	6 T 23

Quanto as alegações de baixa geração de caixa e da incerteza sobre a continuidade operacional e financeira da empresa ora Recorrida é de se destacar, inicialmente, que a FLAGLER apresentou resultado positivo, no valor total de R\$ 567.182,12 (quinhentos e sessenta e sete mil, cento e oitenta e dois reais e doze centavos), para o último exercício exigível, qual seja, 2023, **fato este que, por si só, já é suficiente para demonstrar a capacidade da empresa em gerar caixa** e invalidar o arguido pela REDE SOL FUEL.

Além disso, a continuidade das atividades de uma empresa está diretamente relacionada ao patrimônio dela e não necessariamente aos lucros finais apresentados.

Nesse caso, a Recorrida apresenta um Patrimônio Líquido positivo de R\$ 4.505.534,31 (quatro milhões, quinhentos e cinco mil, quinhentos e trinta e quatro reais e trinta e um centavos), valor mais que suficiente para comprovar sua boa saúde financeira.

No que diz respeito as alegações de que a FLAGLER possui alto grau de endividamento e alavancagem, deve ser observado que a Recorrente se utiliza de índice contábil equivocado para tentar afirmar seu ponto.

Não por outro motivo, o edital previu em seu item 18.4.1, para fins de verificação da qualificação econômico-financeira, a análise dos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) e não o suscitado índice sugerido pela REDE SOL FUEL.



Nº DO PROCESSO	25809/2024
DATA	-- SET 2024
	<i>f</i>   <i>24</i>

Nesse tocante, importante salientar que a FLAGLER apresentou seus balanços e, na forma do seu memorial de cálculo, apresenta índice superior a 1 (um) para todos os três índices exigidos em edital.


No mais, a Recorrente sustenta a existência de empréstimos bancários não classificados entre passivos circulantes e não circulantes.

No entanto, de acordo com os princípios contábeis, os saldos de operações que não forem realizadas nos 12 (doze) meses subsequentes ao final do exercício vigente, deverão ser classificados no passivo a longo prazo.

Sendo assim, considerando que os empréstimos mencionados estão com prazo para liquidação somente em 2025, estes não devem ser contabilizados pelo passivo circulante apresentado.

Por fim, em relação as afirmações de que a FLAGLER teria saldo em aberto junto a empresa Logfit, cabe destacar que esta é a única prestadora de serviço de transporte de combustível da Recorrida, a qual atua exclusivamente mediante pagamento antecipado e, por isso, existente o saldo demonstrado pela Recorrente.

Nesse ponto, importante frisar que a Recorrente tenta utilizar-se de falácias e afirmações sem nenhuma comprovação para acusar a FLAGLER de realizar fraudes contábeis, o que é completamente incabível e inaceitável e, portanto, de flagrante má-fé da licitante

Nº DO PROCESSO 25809/2024	
DATA -- SFT 2024	
	25

concorrente.

Ora, a Recorrida é auditada anualmente e na forma de seus relatórios de auditoria contábil cumpre com todas as suas obrigações, não possuindo qualquer inconsistência.

Desta feita, não merece prosperar quaisquer das alegações pertinentes à suposta ausência de comprovação de aptidão técnica e/ou econômico-financeira da empresa licitante, isto pois, considerando o princípio da vinculação ao Edital, previsto no artigo 5º, *caput*, da Lei 14.133/2021<sup>1</sup>, a Recorrida se ateve às exigências previstas no certame, juntando os documentos solicitados.

Por fim, no tocante a alegada declaração de inidoneidade apresentada pela Recorrida em outro certame, por óbvio e conforme já explicado, tratou-se apenas de mero erro formal, de digitação, quando da elaboração da declaração geral.

Como é sabido por todos, o cometimento de mero erro formal, corriqueiro, não enseja a inabilitação de quaisquer licitantes.

Erro formal é aquele que, por si só, não afeta o andamento ou o resultado útil do processo licitatório. Em outras palavras, trata-se de

---

<sup>1</sup> Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).



DATA -- SET 2024

um erro que não compromete a competitividade da licitação (não gera prejuízo às demais licitantes) nem interfere nas avaliações ou decisões do Pregoeiro.

São meras inconsistências que, devido à sua extensão ou ao contexto em que ocorrem, não prejudicam a análise que o Pregoeiro faz sobre o atendimento dos requisitos exigidos no edital.

Desse modo, a doutrina e a jurisprudência são pacíficas que a ocorrência de erro natureza eminentemente formal ao que preleciona o edital não deve dar causa a inabilitação da licitante ou desclassificação da sua proposta, mesmo porque não se pode perder de vista que o objetivo maior da licitação é a satisfação do interesse público. Não sendo, pois, a licitação um fim em si mesmo, mas um meio para que a Administração Pública satisfaça o interesse da coletividade, respeitado os princípios constitucionais norteadores das atividades administrativas.

Veja-se, quanto ao tema, o entendimento pacífico do Tribunal de Contas da União:

Enunciado

É possível o aproveitamento de propostas com erros materiais sanáveis, que não prejudicam o teor das ofertas, uma vez que isso não se mostra danoso ao interesse público ou aos princípios da isonomia e da razoabilidade. (Acórdão nº 187/2014 - TCU - Plenário)

*Enunciado*

**É indevida a desclassificação de licitantes por questão formal irrelevante.** (Acórdão nº 3278/2011 - TCU - Plenário)

Nº DO PROCESSO	25809/2024
DATA	-- SET 2024
	9 24

Enunciado

A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de preços de licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto. (Acórdão nº 830/2018 - TCU - Plenário)

Insta salientar que o mero erro formal foi, de pronto, corrigido pela Recorrida, com o envio de nova declaração no certame relacionado.

Como esclarecido nos parágrafos acima, a Recorrente, por meio de leitura rasa e por pura má-fé, sustenta obrigatoriedades inexistentes, suscita informações falaciosas, com intuito único de tumultuar o processo licitatório e prejudicar o licitante mais bem colocado no certame.

Como é sabido, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas.

Portanto, a Administração tem o dever de respeitar aquilo que foi estabelecido pelo



Nº DO PROCESSO	25809/2024
DATA	-- SET 2024
	de forma 28

diploma editalício, não podendo, de forma alguma, esquivar-se das regras preliminarmente estabelecidas e exigir atestados de forma arbitrária.

É com base nesta lógica que o i. professor HELY LOPES MEIRELLES<sup>2</sup> sustenta:

*"A escolha da proposta será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, da Publicidade, da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e dos que lhe são correlatos".*

Não obstante, as palavras do professor CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO<sup>3</sup> asseveram a gravidade de violação a princípios, veja-se:

*"violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio violado, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra."*

Logo, diante dos documentos juntados pela ora Recorrida, assim como da certeza de que atendeu às exigências editalícias, não há o que se sustentar em desfavor da habilitação confirmada por esse Nobre Pregoeiro.

Percebe-se apenas que a Recorrente ou é desatenta ao processo de habilitação e aos

---

<sup>2</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo: RT, 1990, p. 23.

<sup>3</sup>MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo 32ª Edição. 2014, p. 54

documentos juntados pelos seus concorrentes ou utiliza-se de má-fé com argumentos falaciosos para tumultuar a licitação, tendo vista sua insatisfação com o resultado.

Por último, urge mencionar que caso as afirmações da Recorrente sejam acatadas, há perigo de dano à administração, notadamente por afastar da contratação em espeque a proposta mais vantajosa.

Posto isso, diante de toda a fundamentação supra, resta demonstrado que os argumentos de fato e de direito evocados pela Recorrente não merecem prosperar, uma vez que repelidos categoricamente e demonstrados inaplicáveis ao presente caso.

#### V. - DO PEDIDO

Considerando o cumprimento integral do Edital pela ora Recorrida, conforme os argumentos de fato e de direito expostos nestas CONTRARRAZÕES RECURSAIS, requer-se:

- (I) que a peça recursal da Recorrente seja INDEFERIDA INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos já expostos;
- (II) seja mantida a decisão do i. Pregoeiro, declarando a habilitação da FLAGLER COMBUSTÍVEIS LTDA; e
- (III) caso o d. Pregoeiro opte por não manter sua decisão, requer-se, com fulcro no



artigo 9º da Lei 10.520/2002 c/c artigo 165, § 2º, da Lei 14.133/2021 e alicerçado no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, remeta-se os autos para apreciação de autoridade superior competente.

Nestes termos.  
Pede deferimento.

Nº DO PROCESSO.	25809/2024
DATA	-- SET 2024
	30

São Paulo, 17 de setembro de 2024.

DENISE APARECIDA  
CAMPOS

Assinado de forma digital por  
DENISE APARECIDA CAMPOS  
PASSOS:26003146877

Dados: 2024.09.17 08:54:25 -03'00'

**FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A**

**DENISE AP. CAMPOS PASSOS**

**COORDENADORA DE LICITAÇÕES / PROCURADORA**



### INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO

Por este instrumento de Procuração, a empresa **FLAGLER COMBUSTÍVEIS S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, regularmente inscrita no **CNPJ sob nº 10.775.497/0001-73** e Inscrição Estadual nº 10.455.247-6, com endereço na cidade de Senador Canedo, estado de Goiás, à avenida Tropical, s/n, sala 15, 5 e 6A, Distrito Industrial Brasil Central; com filial inscrita no **CNPJ sob nº 10.775.497/0004-16**, na cidade de Arujá, estado de São Paulo, à avenida New Jersey, nº 840, Anexo Parte 2, Centro Industrial de Arujá, CEP: 07.411-670; e outra filial inscrita no **CNPJ sob nº 10.775.497/0002-54**, na cidade de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro, com endereço à rua Monroe, nº 515, Sala 01, Lote 01, Vila Actura, CEP: 25.225-040, neste ato representada por seu Diretor Presidente, **Sr. CÉLIO SALES DIAS**, brasileiro, contador, divorciado, portador da cédula de identidade RG nº 32490067 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 221.386.668-67, residente e domiciliado na cidade e estado de São Paulo, à rua Benvenuto Di Giovanni, nº 331, CEP: 05.551-000, e pelo Diretor Sem Designação Específica, **Sr. SIDNEY RAFAEL WERDESHEIM**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 6438401 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 077.543.098-66, residente e domiciliado na cidade e estado de São Paulo, à rua Pelotas, nº 255, apartamento 164, Vila Mariana, CEP: 04.002-010, doravante denominada "**OUTORGANTE**", constituem **SEUS PROCURADORES**: (i) **Sra. DENISE AP. CAMPOS PASSOS**, brasileira, divorciada, coordenadora de licitações, portadora da cédula de identidade RG nº 24.153.520-7, inscrita no CPF sob nº 260.031.468-77; (ii) **Sr. MURILO TADEU DE LIMA**, brasileiro, solteiro, assessor de vendas pleno, portador da cédula de identidade RG nº 48.240.088-2, inscrito no CPF sob nº 418.996.188-48; (iii) **Sra. VIVIAN GUERRA CAMPOS**, brasileira, solteira, assessora comercial sênior, com cédula de identidade RG nº 10222711-3, inscrita no CPF sob o nº 072.507.877-48; e (iv) **Sra. AMANDA RODRIGUES BIASOTTO**, brasileira, casada, analista comercial pleno, com cédula de identidade RG nº 42.828.397-4, inscrita no CPF sob o nº 351.065.108-13 TODOS com endereço comercial localizado na cidade de Arujá, estado de São Paulo, à avenida New Jersey, nº 840, Anexo Parte 2, Centro Industrial de Arujá, CEP: 07.411-670; doravante denominados "**OUTORGADOS**", para representar, exclusivamente, a **OUTORGANTE** em todas as modalidades e processos de licitações, tanto presencial quanto eletrônico, inerente ao fornecimento de combustível líquido, como Gasolina, Etanol, Biodiesel, Diesel S.10 e S.500, com poderes de decisão, podendo, para tanto, assinar requerimentos, representações, interpor e renunciar recursos e defesas administrativas, prestar esclarecimentos, receber notificações e intimações, requerer a inscrição em registro cadastral de órgãos públicos e nas plataformas e sites para sistema de licitações em todo Brasil, ofertar lances, negociar preços, assinar declarações e propostas comerciais, bem como o Contrato Administrativo ou Ata de Registro de Preços ou Ata de fornecimento e em nome desta defender seus direitos, não sendo permitido o substabelecimento do presente instrumento.

**Prazo de Validade: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.**

Senador Canedo/GO, 14 de dezembro de 2023.

**CELIO SALES**  
**DIAS:2213866686**  
**7**

Assinado de forma digital por  
CELIO SALES  
DIAS:22138666867  
Dados: 2023.12.22 09:25:09  
-03'00'

**SIDNEY RAFAEL**  
**WERDESHEIM:077543**  
**09866**

Assinado de forma digital por  
SIDNEY RAFAEL  
WERDESHEIM:07754309866  
Dados: 2023.12.22 09:17:06 -03'00'

**CÉLIO SALES DIAS**  
Diretor Presidente

**SIDNEY RAFAEL WERDESHEIM**  
Diretor Sem Designação Específica



Carteira Nacional de Habilitação (CNH) - SENATRAN

Nº DO PROCESSO: 25809/2024

DATA -- SET 2024

QR CODE

32

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2º 1º NOME E SOBRENOME  
CELIO SALES DIAS

1ª HABILITAÇÃO  
22/10/1999

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO  
02/12/1980, SAO PAULO, SP

4a DATA EMISSÃO  
26/08/2022

4b VALIDADE  
26/08/2032

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ORIG EMISSOR / UF  
32490067 SSP SP

4d CPF  
221.386.668-67

5 Nº REGISTRO  
01057672906

9 CAT HAB  
AB

NACIONALIDADE  
BRASILEIRO

FILIAÇÃO  
CELSE DE CAMPOS DIAS

LAUDELINA SALES SOUZA DIAS

7 ASSINATURA DO PORTADOR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2442908390



DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Este arquivo não pode ser utilizado como documento de habilitação.

Verifique autenticidade do QR Code com o app Vio.

9	10	11	12
ACC			
A		26/08/2032	
A1			
B		26/08/2032	
B1			
C			
C1			


9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES


LOCAL  
SAO PAULO, SP

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO  
98534251650  
SPO12347798


SÃO PAULO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



S  
P



NOME

SIDNEY RAFAEL WERDESHEIM

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF

6438401 SSP SP

CPF

077.543.098-66

DATA NASCIMENTO

04/05/1962

FILIAÇÃO

ELKUNE WERDESHEIM

MATHILDE WERDESHEIM

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

B

Nº REGISTRO

02307530804

VALIDADE

30/03/2027

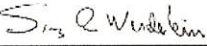
1ª HABILITAÇÃO

08/07/1980

OBSERVAÇÕES

EAR

ASSINATURA DO PORTADOR



LOCAL

SAO PAULO, SP

DATA EMISSÃO

07/04/2022

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

31127705587

SP010025603

SÃO PAULO

DENATRAN

CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2362427861

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.


SERPRO / DENATRAN

Nº DO PROCESSO. 2580912024


DATA -- SET 2024

0 33







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
2517632527



## CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN



2 e 1 NOME E SOBRENOME  
**DENISE APARECIDA CAMPOS PASSOS**

1ª HABILITAÇÃO  
**14/06/1995**

3 DATA LOCAL E UF DE NASCIMENTO  
**17/11/1976, RIBEIRÃO PRETO, SP**

4a DATA EMISSÃO  
**14/11/2022**

4b VALIDADE  
**14/11/2032**

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF  
**24153520 SSP SP**

4d CPF  
**260.031.468-77**

5 Nº REGISTRO  
**01723143732**








6 CAT HAB  
**AB**

NACIONALIDADE  
**BRASILEIRO**








FILIAÇÃO  
**LEVY RODRIGUES DOS PASSOS**

**LUZIA DE FATIMA CAMPOS PASSOS**

7 ASSINATURA DO PORTADOR

	9	10	11	12
ACC 				
A 			14/11/2032	
A1 				
B 			14/11/2032	
B1 				
C 				
C1 				

12 OBSERVAÇÕES

	9	10	11	12
D 				
D1 				
BE 				
CE 				
C1E 				
DE 				
D1E 				

LOCAL  
**RIBEIRÃO PRETO, SP**

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

07664559062  
5P013709139

# SÃO PAULO

2517632527

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

**SERPRO / SENATRON**

2. a. Nome e Sobrenome / Name and surname / Nombre y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primeira Licença de Conducir - 3. Data de Nascimento / Date of Birth / Data de Nascimento / Data de Nascimento - 4. Data de Emissão / Issuing Date / Data de Emissão - 5. Data de Validade / Expiration Date / Data de Validade / Valido Hasta - MCC - 6. Documento Identificação - Orgão Emissor / Identity Document - Issuing Authority / Categoria de Identificação - Autoridade Expedidora - 4a. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permisso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver License Class / Categoría de Permisso de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiation / Filiación - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA017231437<325<<<<<<<<<<  
7611175F3211142BRA<<<<<<<<<<6  
DENISE<<APARECID<CAMPOS<PASSOS

**Comissão de Pregão I**

DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.093/2024.

Processo Licitatório nº: 13.462/2024

Processo Recurso nº: 25.809/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90.093/2024

**OBJETO:**

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A, inscrita no CNPJ: 02.913.444/0016-20, através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 25.809/2024.

**I. DAS PRELIMINARES**

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 10/09/2024. Conforme consta no Termo de Julgamento que integra o Processo 13.462/2024, a empresa REDE



## Comissão de Pregão I

SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A. manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 03 a 18.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

## II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, a recorrente alega que a recorrida não teria comprovado qualificação técnica para instalação e manutenção nos equipamentos de abastecimento, teria demonstrado não ter capacidade financeira para garantir o contrato e teria se declarado inidônea, razão pela qual mereceria ser desclassificada neste certame.

## III. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer que o recurso seja DEFERIDO *in totum*, com a inabilitação da licitante FLAGER COMBUSTÍVEIS S/A, haja vista todos os fatos e fundamentos apresentados neste recurso.

## IV. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A alega que:

- a) forneceu vários atestados que comprovariam o atendimento de serviço com características semelhantes ao objeto do edital, qual seja, o "FORNECIMENTO" de Diesel S10 e Gasolina Comum;

### Comissão de Pregão I

- b) não mereceria prosperar quaisquer das alegações pertinentes à suposta ausência de comprovação de aptidão técnica e/ou econômico-financeira da empresa licitante, pois a recorrida é auditada anualmente e na forma de seus relatórios de auditoria contábil cumpre com todas as suas obrigações, não possuindo qualquer inconsistência;
- c) no tocante à declaração de inidoneidade apresentada em outro certame, tratou-se apenas de mero erro formal, de digitação, quando da elaboração da declaração geral.

## V. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Quanto aos atestados de Capacidade técnica apresentados, constatou-se que atendem ao objeto principal da licitação que é a **"AQUISIÇÃO de COMBUSTÍVEIS (gasolina comum e óleo diesel-S10)"**. Podemos observar analisando as últimas licitações e conforme prática de mercado que a instalação de tanques e bombas de abastecimento e sistema de medição de combustível e controle de frota não são realizados pela mesma empresa, de modo que a própria REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A. não demonstrou essa expertise nos atestados apresentados na licitação anterior. No entanto, o setor técnico poderá discorrer melhor sobre o assunto.

Quanto ao balanço patrimonial, tal documento apresentado pela empresa FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A possui o registro na junta comercial, no SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped, publicação em jornal de grande circulação e registro no Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração do Ministério da Economia. Cabe salientar que os índices de liquidez apresentados nos anos de 2022 e 2023 estão acima de 1,0, sendo superiores ao



**Comissão de Pregão I**

determinado no edital, e demonstram a possibilidade de a empresa cumprir os compromissos assumidos. Desta forma, a análise dos balanços atende ao previsto no instrumento convocatório e na legislação.

Por derradeiro, a legislação imprime que os requisitos para a avaliação da qualificação econômico-financeira dos licitantes são limitados ao rol apresentado. Dessa forma, é vedada a apresentação de requisitos não previstos na lei. O rol é apresentado como limite restritivo máximo já que no caso concreto, o certame pode exigir ou até tornar-se necessária a apresentação reduzida de tais requisitos.

Isso porque a Constituição Federal, no caput do artigo 37, inciso XXI, norteia que as exigências de qualificação técnica e econômica devem ser apenas aquelas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Senão vejamos.

*"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e*



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 25.809/2024

RUBRICA: 4 FOLHA: 39

### Comissão de Pregão I

*econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". (grifo nosso).*

Por fim, importante lembrar, de acordo com entendimento da doutrina presente na obra de JUSTEN FILHO, Marçal, Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei nº 14.133/21, que as exigências de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira devem ser as suficientes para avaliar a capacidade do particular para bem executar o objeto a ser contratado; nem mais, nem menos. Sob pena de, ao criar requisitos para além do suficiente, restringir injustificadamente a licitação, ou, ao exigir menos do que o necessário, expor a risco o interesse público envolvido.

Já no tocante à declaração de inidoneidade em outro certame, conforme alegado nas contrarrazões apresentadas, entendemos tratar-se de um mero erro formal, o que é corroborado por toda a documentação e declarações registradas no sistema.

Ante o exposto, com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado. Após análise, recomendamos que o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

Nova Friburgo, 09 de outubro de 2024.

LEONARDO  
GABRIG  
PEIXOTO:1085  
8597705

Assinado digitalmente por LEONARDO  
GABRIG PEIXOTO:10858597705  
NO: 0+BR: 0+CP: 0+SE: 0+UF: RJ  
+2020222000107, CU: Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, OU: IRTFEN-001  
RFB-CPA AS: 0+LEONARDO GABRIG  
PEIXOTO:10858597705  
Razão: Sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2024.10.09 14:22:43-0300  
Fax: 122 - Rondonópolis: 12.0.2

Leonardo Gabrig Peixoto  
Pregoeiro – Comissão de Pregão I  
Matrícula: 206.934





www.polmil.sp.gov.br

# POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CENTRO DE SUPRIMENTO E MANUTENÇÃO DE MOTOMECANIZAÇÃO

SEÇÃO DE FINANÇAS

Processo Nº: 1698/23  
Rubrica: @ Fls: 437

PROCESSO Nº 25809/24  
RUBRICA: [assinatura] FLS Nº 40

## ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA

Atesto para os devidos fins de direito, que a empresa REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA LTDA, estabelecida na Rua Brasil Aldo Furquini, nº 401, Município de Jardinópolis – São Paulo - SP, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 02.913.444/0001-43 e sua filial situada na cidade de Paulínia – SP, na Rua Nossa Senhora da Conceição nº 225, inscrita no C.N.P.J nº 02.913.444/0004-96 e Inscrição Estadual nº 513.451.491.110, apresenta qualificação técnica para o fornecimento de combustíveis (gasolina, álcool e óleo diesel), visto que demonstrou possuir infra-estrutura, sistema de logística e distribuição compatíveis necessárias com a natureza da contratação fornecendo em conformidade com a Lei e, sob as condições exigidas pelas contratações decorrentes dos PREGÕES Nº CSM/MM-024/043/06 (GASOLINA AUTOMOTIVA COMUM); 025/043/06 (ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO) E 026/043/06 (ÓLEO DIESEL); no período compreendido entre o mês de Maio, do ano de 2006 até a presente data onde forneceu as quantidades abaixo discriminadas, cujos prazos de entrega dos bens são de até 03 (três) dias úteis, de forma parcelada e/ou integral, conforme cláusulas contratuais, à contar da requisição da Polícia Militar.

PRODUTO	QUANTIDADE
GASOLINA AUTOMOTIVA COMUM	7.795.000 Litros
ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO	685.000 Litros
ÓLEO DIESEL	510.000 Litros

SEGUNDO TABELÃO DE NOTAS  
Av. Prof. João Fiuza, 970 - Rib. Preto-SP  
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia reprográfica  
conforme ao original, em 28/02/2007.  
RIB. PRETO  
SP  
0863AD392848

04 198 514/0035-01

POLÍCIA MILITAR  
DO EST. S. PAULO CSM/MM  
Rua Cel. Antonio de Carvalho, 155  
Santana - CEP 02032-030  
SÃO PAULO - SP

São Paulo, 28 de fevereiro de 2007

ÁLVARO JOSÉ STUCHI

Ten Cel PM Dirigente da UGE 180195 – CSM/MM



PRIMEIRO

Karla Braga Machado

Monique Borges  
PRIMEIRO





**POLÍCIA MILITAR**  
DO ESTADO DE GOIÁS  
**COMANDO DE APOIO LOGÍSTICO**  
**DIVISÃO DE MOTOMECANIZAÇÃO**  
**RUA 115, Nº 04 – SETOR SUL – GOIÂNIA – GO**  
Telefone: (0xx62) 3201-1654 Fax: (0xx62) 3201-1640  
CEP: 74.085-328 Email: [combustiveis@pm.go.gov](mailto:combustiveis@pm.go.gov)

Processo Nº: 4698/23  
Rubrica: Fls: 438

Silvin M. Colavito  
Av. 9 de Julho, 1106 - CEP: 74.050-120  
FONE/FAX: (61) 3577-7000

16 DEZ 2014

Autenticado e assinado digitalmente  
Valor recebido por autenticação de 2,00  
1º Tabelião Público  
de Ribeirão Preto  
Márcia de Cassia  
Escrever

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

PROCESSO Nº 25809/24

RUBRICA: FLS Nº 41

ATESTO, para os devidos fins de direito e para que produzam os efeitos legais, a quem possa interessar, que a empresa **REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.913.444/0001-43 e suas filiais, apresentam qualificações técnicas para o fornecimento de combustíveis e administração de gerenciamento de frota, por meio de implantação e operação de sistema informatizado e integrado com utilização de cartões eletrônicos e magnéticos para abastecimento de combustíveis em rede de postos credenciadas, sendo a atual gestora da frota veicular que é composta de **3.100 (Três mil e cem) veículos** com sistema informatizado em postos credenciados, tendo atendido este órgão, satisfatoriamente, durante os últimos **12 (Doze) meses**, não havendo nada que a desabone, sendo o fornecimento de combustíveis nas quantidades abaixo descritas:

PRODUTO	QUANTIDADE
Óleo Diesel	240.000 Litros
Álcool Hidratado	1.290.000 Litros
Gasolina Comum	990.000 Litros

Goiania/GO, 25 de Abril de 2011.

*Sergio Ricardo Caetano*

**SERGIO RICARDO CAETANO – Ten. - Cel. QOPM**  
**Subcomandante de Apoio Logístico**

5º OFÍCIO

Sergio Ricardo Caetano-TC QOPM  
Ch. Div. Administrativa

PM-UF-MATR.: 206.504

Karla Braga Machado  
PM-UF-MATR.: 99.996  
PM-UF-MATR.: 115.200

Monique Borges de Azevedo  
PM-UF-MATR.: 115.200





ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.

PROCESSO Nº 2809/24  
RUBRICA: 42

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ, atesta para os devidos fins que a empresa **REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A**, situada na Rua Brasil Alto Furquini, nº 401, Lote 02, Quadra B – Distrito Industrial Adib Rassi, CEP:14.690-000 - Jardinópolis - SP, inscrito sob o CNPJ n.º 02.913.444/0001-43. e Inscrição Estadual n.º 399.078.659.111, prestou a este órgão público os serviços discriminados abaixo, dentro dos prazos estabelecidos, atendendo as exigências contratuais, nada havendo, portanto, que a desabone.

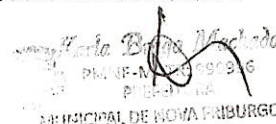
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 4.312/2015  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL: Nº 99/2015  
CONTRATO: Nº 97/2015

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Implantação, Intermediação e Administração de Sistema Informatizado e Integrado, com Utilização de Cartão Magnético ou Micro Processado, de Gerenciamento para o Fornecimento de Combustíveis (gasolina, etanol e diesel) em Postos, pelo período contratual de 11/09/2015 à 09/09/2017.

Mauá, 07 de fevereiro de 2023.

Paulo José Almeida  
Secretário de Finanças





**AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS**  
**DIRETORIA II**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO**  
**AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 608, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo ANP nº 48610.213921/2020-31 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Empresa TOBRAS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA., cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 05.759.383/0020-62, autorizada a operar as instalações abaixo relacionadas, para movimentação de produtos inflamáveis e combustíveis Classe I a III (Norma ABNT NBR 17.505), no município de Paulínia, Estado de São Paulo.

1-02 (dois) dutos de transferência:

Identificação (Tag)	Ponto de Origem	Ponto de Destino	Material	Diâmetro (mm)	Extensão (m)	Produto	Temperatura de Projeto (°C)	Pressão Máxima (kgf/cm²)	Velocidade Máxima (m/s)
01 - 235 - 005	REFINARIA EPLAN	BASES DE DISTRIBUIÇÃO TOBRAS e I-T	ACO CARBONAO	18	0,940	GAS OLIO	45,0	1,0	0,500
02 - 235 - 006	REFINARIA EPLAN	BASES DE DISTRIBUIÇÃO TOBRAS e I-T	ACO CARBONAO	18	0,940	GAS OLIO	45,0	1,0	0,500
03 - 235 - 007	REFINARIA EPLAN	BASES DE DISTRIBUIÇÃO TOBRAS e I-T	ACO CARBONAO	18	0,940	GAS OLIO	45,0	1,0	0,500
04 - 235 - 008	REFINARIA EPLAN	BASES DE DISTRIBUIÇÃO TOBRAS e I-T	ACO CARBONAO	18	0,940	GAS OLIO	45,0	1,0	0,500
05 - 235 - 009	REFINARIA EPLAN	BASES DE DISTRIBUIÇÃO TOBRAS e I-T	ACO CARBONAO	18	0,940	GAS OLIO	45,0	1,0	0,500
06 - 235 - 010	REFINARIA EPLAN	BASES DE DISTRIBUIÇÃO TOBRAS e I-T	ACO CARBONAO	18	0,940	GAS OLIO	45,0	1,0	0,500

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 06, publicada no Diário Oficial da União em 08 de janeiro de 2004.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

**AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 609, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo ANP nº 48610.207217/2021-20 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Empresa CNN - CIA. NORTE DE NAVEGAÇÃO, cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 14.160.269/0001-40, autorizada a exercer a atividade de transporte a granel de petróleo, seus derivados e biocombustíveis por meio aquaviário, na navegação interior de percurso longitudinal, na Região Hidrográfica Amazônica, nos trechos interaduais de competência da União.

Art. 2º Os efeitos da presente Autorização ficam condicionados à manutenção das condições comprovadas pela empresa para o exercício da atividade de transporte a granel de petróleo, seus derivados e biocombustíveis por meio aquaviário, na navegação interior.

Art. 3º A empresa autorizada deverá utilizar somente embarcações que tenham obtido os devidos Certificados/Declarações, conforme previsto nas respectivas Normas da Autoridade Marítima (NORMAM).

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

**AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 610, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo ANP nº 48610.204722/2021-12 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Empresa Companhia Ultrazax S.A., cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 61.602.199/0232-44, autorizada a construir 01 (um) duto de transferência de GLP, com as características descritas na Tabela 1:

Tabela 1 - Características do duto.

Item	Descrição	Material	Diâmetro (mm)	Extensão (m)	Velocidade (m/s)	Pressão de projeto (kgf/cm²)	Material	Produto
1.0	DUTO PANAMAR	ALUM	ULTRAZAX	25	225	1,0	ACO CARBONAO	GLP

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

**DESPACHO SIM-ANP Nº 1.112, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, em cumprimento ao art. 14 da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, tendo em vista o que consta do processo ANP nº 48610.213901/2021-41, resolve:

Fica disponível o Sumário do Projeto pretendido pela empresa Companhia Brasileira de Logística S/A - CBL, referente a construção para ampliação do terminal aquaviário de armazenagem e distribuição de combustíveis de propriedade da empresa, em Paranaguá/PR, compreendendo a ampliação da bacia de tanques com 12 (doze) novos tanques de armazenagem; sistema de combate a incêndio e cisa de bombas, constante no processo de referência no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a ser acessado em <http://www.anp.gov.br/processo-eletronico-sei>.

Todo o processo está disponível para consulta, estando as características principais do projeto resumidas nos documentos de referência SEI nº 1617271, SEI nº 1503203 e SEI nº 1503234.

Os comentários e sugestões devem ser encaminhados à "Superintendência de Infraestrutura e Movimentação" da ANP em até 30 (trinta) dias contados a partir da publicação, com endereçamento à Avenida Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20090-004, ou através do endereço eletrônico [sim@anp.gov.br](mailto:sim@anp.gov.br).

Cumpra informar que a documentação apresentada pela empresa Companhia Brasileira de Logística S/A - CBL continua em processo de análise pela ANP e que a publicação do presente despacho não implica autorização prévia outorgada pela ANP.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

**DIRETORIA IV**

**SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA**

**AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 612, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP 58, de 17/10/2014, e considerando o que consta no Processo 48610.218630/2021-10, resolve: autorizar a filial da empresa REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A - CNPJ 02.913.444/0016-20, a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação.

CEZAR CARAM ISSA

**AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 613, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, e considerando o que consta no Processo nº 48610.219112/2021-13, resolve: autorizar a empresa LCM COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP- CNPJ nº 23.543.562/0001-87, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

CEZAR CARAM ISSA

**AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 614, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, e considerando o que consta no Processo nº 48610.219157/2021-98, resolve: autorizar a empresa QUATTOR SERVICOS DE IMPORTACAO S.A - CNPJ nº 31.691.890/0001-59, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

CEZAR CARAM ISSA

**AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 615, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP 777, de 05/04/2019, e considerando o que consta no Processo 48610.219227/2021-16, resolve: autorizar a empresa LANNUS COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - CNPJ 23.872.852/0001-74, a exercer a atividade de agente de comércio exterior.

CEZAR CARAM ISSA

**DESPACHO SDL-ANP Nº 1.114, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Processo	Empresa	CNPJ	Produto
48610.219227/2021-16	ANP DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS LTDA	13.743.272/0001-87	GLP e GNL
48610.219227/2021-16	ANP DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS LTDA	13.743.272/0001-87	GLP e GNL
48610.219227/2021-16	ANP DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS LTDA	13.743.272/0001-87	GLP e GNL



Este documento pode ser verificado na endereço eletrônico:  
<http://www.anp.gov.br/verificacao.html>, pelo código 161520110330001-0

160

Este documento contém informações confidenciais de acordo com a Lei nº 12.527/2012, que institui a Lei de Acesso à Informação, e não deve ser divulgado sem a devida autorização.



Liana Irina Cabral  
 DIRETORIA IV  
 SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA  
 2021.09.30

Karl Bruna Machado  
 DIRETORIA IV  
 SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA  
 2021.09.30

Maurício Borges de Azevedo  
 DIRETORIA IV  
 SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA  
 2021.09.30



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/09/2021 | Edição: 186 | Seção: 1 | Página: 160

Órgão: Ministério de Minas e Energia/Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis/Diretoria IV/Superintendência de Distribuição e Logística

## AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 612, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP 58, de 17/10/2014, e considerando o que consta no Processo 48610.218630/2021-10, resolve: autorizar a filial da empresa REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A - CNPJ 02.913.444/0016-20, a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação.

CEZAR CARAM ISSA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

PRIMEIRO  
PMNE-MATR: 206.511

Martha Braga Machado  
PMNE-MATR: 006  
AGÊNCIA NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO

Monique Borges de Azevedo  
PMNE-MATR: 115209



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
I N F R A E S T R U T U R A  
E L O G Í S T I C A

fls 45

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Nova Friburgo, 14 de outubro de 2024

Para: Procuradoria Geral do Município

Prezados,

Cumprimentando-os cordialmente, encaminho para que seja analisado recurso impetrado pela empresa REDE SOL FUEL S/A em desfavor da empresa FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A, vencedora do P.E. 90.093/2024.

Em suas razões, que já foram analisadas pelo pregoeiro às fls. 35-39, a requerente alega que:

a) A empresa FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A "apresentou atestados de capacidade técnica que não comprovam a sua capacidade para instalação de tanques e bombas de abastecimento" e "não demonstrou ter executado qualquer contrato onde tivesse que instalar sistema de medição de combustíveis"

Primeiramente, é importante contextualizar que a empresa REDE SOL FUEL S/A é a atual fornecedora de combustíveis desta municipalidade, vencedora do P.E. 158/23, ARP 522/2023, à época, anteriormente ao início das operações por parte da requerente, a empresa que distribuía os combustíveis a municipalidade era a empresa VIBRA ENERGIA S/A, durante a mudança de distribuidora, para a atual prestadora, os atestados apresentados para fins de comprovação de habilitação técnica, cujas as cópias foram anexadas ao presente procedimento administrativo, se tratavam de atestados para a distribuição e fornecimento de combustíveis (DIESEL S10/GASOLINA COMUM), não sendo exigido portanto, que a requerente REDE SOL FUEL S/A, demonstrasse que tinha capacidade técnica para a instalação de tanques e bombas de abastecimento, uma vez que tal serviço tradicionalmente sempre foi terceirizado, pela VIBRA ENERGIA S/A, antiga fornecedora, não trazendo





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
I N F R A E S T R U T U R A  
E L O G Í S T I C A

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

qualquer tipo de prejuízo ao objeto principal que é o de fornecimento de combustíveis.

Quanto ao sistema de medição de combustíveis, o mesmo é totalmente terceirizado pela empresa REDE SOL FUEL S/A, junto a empresa VEEDER ROOT (sistema de aferição e medição do nível de combustíveis nos tanques em tempo real), fato que pôde ser constatado por esta municipalidade, quando a empresa REDE SOL FUEL, atual fornecedora de combustíveis, fez a substituição dos tanques no posto municipal, tendo terceirizado a reinstalação do VEEDER ROOT.

Ademais, importante frisar que a empresa FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A, usou do seu direito editalício de fazer vistoria técnica em todos os locais onde a mesma irá operar (Posto Interno e Usina de Asfalto), o que pode ser comprovado às fls. 622 do P.A. 13462/24, tomando ciência da necessidade de instalação de todos os equipamentos previstos no presente Termo de Referência.

Sendo assim, s.m.j., entendemos que a empresa FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A apresentou capacidade técnica de DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO de combustíveis, objeto PRINCIPAL do presente certame, **não** devendo prosperar, ao nosso entendimento, as alegações de caráter técnico apresentadas pela REDE SOL FUEL S/A.

- b) A empresa FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A "juntou balanço patrimonial em desacordo com as normas contábeis; o mais grave, apresentou em outro certame DECLARAÇÃO ATESTANDO SUA INIDONEIDADE, declaração esta assinada pela mesma procuradora que representa a empresa neste certame, fato que por si só justificaria a desclassificação da FLAGLER, neste ou em outro certame."

Quanto as alegações acima, esta Subsecretaria não possui expertise técnica para analisar, todavia, a Douta Comissão de Pregão já emitiu parecer, sendo assim colocamos ao crivo da análise da Douta Procuradoria do Município no que couber.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
I N F R A E S T R U T U R A  
E L O G Í S T I C A

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Sendo assim, tendo sido elucidados todos os questionamentos por parte da empresa REDE SOL FUEL S/A, por parte desta Subsecretaria, encaminhamos os autos para análise jurídica da Procuradoria Geral do Município.

Atenciosamente,

Alan F. Correa  
Subsecretário de Manutenção  
De veículos Leves e Pesados  
Mat. 105.871





**Processo: 25.809/2024**

**Recorrente: REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A**

**Recorrida: Flager Combustíveis S/A**

**Assunto: Recurso - Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.093 de 2024 - Processo  
Licitação n. 13.462/2024**

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos,

## **I.RELATÓRIO**

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 90.093 de 2024 - Processo Licitação n. 13.462/2024, que tem por objeto o registro de preços para aquisição de combustível (gasolina comum e óleo diesel-S10) com oferta de maior desconto na média da tabela ANP (Agência Nacional de Petróleo), com fornecimento de sistema de controle e gestão de abastecimento de toda frota de veículos oficiais, cessão de 2 (dois) tanques “aéreos”, um para gasolina comum e outro para diesel s-10 com capacidade mínima de 15.000 LTs cada, com sistema eletrônico para aferição em tempo real do nível de combustível em cada tanque, que atuará como controle de entrada no descarregamento via caminhão-tanque, 2 (duas) bombas de abastecimento do tipo digital, com 2 (dois) bicos cada (gasolina e diesel), além das instalações básicas exigidas pelas normas regulamentadoras e trabalhistas vigentes, para atender às necessidades das Secretarias Municipais, pelo período de 01 (um) ano.

Inicialmente, convém registrar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 15 de outubro do ano em curso.

Para melhor didática e compreensão, passa-se, a seguir, ao relato dos fatos de forma segmentada.



## I.1. Das Razões da Recorrente

Em síntese, a recorrente afirma que a recorrida não teria comprovado qualificação técnica para instalação e manutenção nos equipamentos de abastecimento, tendo em vista que os atestados técnicos apresentados não comprovam sua capacidade para instalação de tanques e bombas de abastecimento e não demonstrou ter executado qualquer contrato onde tivesse de instalar sistema de medição de combustível.

Ademais, afirma ainda que a empresa *Flagler* não teria comprovado ter capacidade financeira para garantir o contrato, visto que juntou balanço patrimonial em desacordo com as normas contábeis e que em outro certame foi apresentada declaração atestando sua inidoneidade, razão pela qual foi solicitada sua desclassificação neste certame.

## I.2. Das Contrarrazões

A empresa *Flagler Combustíveis S/A* apresentou contrarrazões ao recurso, conforme fls. 19/30, alegando que a empresa forneceu vários atestados que comprovam o atendimento de serviço com características semelhantes ao objeto do edital, qual seja, o “FORNECIMENTO” de Gasolina Comum e Diesel S10.

Afirma a recorrida que não merece prosperar quaisquer das alegações pertinentes à suposta ausência de comprovação de aptidão técnica e/ou econômico-financeira da empresa licitante, pois a recorrida é auditada anualmente e na forma de seus relatórios de auditoria contábil cumpre com todas as suas obrigações, não possuindo qualquer inconsistência.

Ademais, no tocante a declaração de inidoneidade apresentada em outro certame, afirma a empresa que tratou-se apenas de mero erro formal de digitação, quanto da elaboração da declaração geral.





Por fim, requer seja indeferida integralmente a peça recursal da Recorrente, mantendo-se a decisão de habilitação da FLAGLER COMBUSTÍVEIS LTDA. e caso o pregoeiro opte por não manter sua decisão, requer ainda, que sejam remetidos os autos para apreciação de autoridade superior, garantindo o duplo grau de jurisdição.

### **I.3. Da Manifestação do Pregoeiro**

O pregoeiro da Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 35/39, afirma que quanto aos atestados de capacidade técnica apresentados, constatou-se que atendem ao objeto principal da licitação, afirmando ainda que pode-se observar analisando as últimas licitações e conforme prática de mercado, que a instalação de tanques e bombas de abastecimento e sistemas de medição de combustível e controle de Frota não são realizados pela mesma empresa, de modo que a própria rede recorrente não demonstrou sua expertise nos atestados apresentados na licitação anterior.

Quanto ao balanço patrimonial, afirma que *“tal documento apresentado pela empresa FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A possui o registro na junta comercial, no SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - Sped, publicação em jornal de grande circulação e registro no Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração do Ministério da Economia. Cabe salientar que os índices de liquidez apresentados nos anos de 2022 e 2023 estão acima de 1,0, sendo superior ao determinado no edital, e demonstrando a possibilidade de a empresa cumprir os compromissos assumidos. Desta forma, a análise dos balanços atende ao previsto no instrumento convocatório na legislação.”*

Com relação a declaração de inidoneidade em outro certame, entendeu o Pregoeiro tratar-se de um mero erro formal, o que entendeu ser corroborado por toda a documentação e declarações registradas no sistema.

Por fim, encaminhou as razões da recorrente aos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos, bem como pronunciamento de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, recomendando, ainda, o encaminhamento do processo a esta Douta Procuradoria-Geral para análise jurídica.



#### **I.4. Da Manifestação da Subsecretaria de Veículos Leves e Pesados**

Ressalta a Subsecretaria de Veículos Leves e Pesados, *ipsis litteris*: “primeiramente, é importante contextualizar que a empresa REDE SOL FUEL S/A é a atual fornecedora de combustíveis desta municipalidade, vencedora do P.E. 158/23, ARP 522/2023, à época, anteriormente ao início das operações por parte da requerente, a empresa que distribuía os combustíveis a municipalidade era a empresa VIBRA ENERGIA S/A, durante a mudança de distribuidora, para a atual prestadora, os atestados apresentados para fins de comprovação de habilitação técnica, cujas cópias foram anexadas ao presente do procedimento administrativo, se tratavam de atestados para a distribuição e fornecimento de combustíveis (DIESEL S10/GASOLINA COMUM), não sendo exigido portanto, que a requerente REDE SOL FUEL S/A, demonstrasse que tinha capacidade técnica para instalação de tanques e bombas de abastecimento, uma vez que tal serviço tradicionalmente sempre foi terceirizado, pela VIBRA ENERGIA S/A, antiga fornecedora, não trazendo qualquer tipo de prejuízo ao objeto principal que é o de fornecimento de combustíveis. Quanto ao sistema de medição de combustíveis, o mesmo é totalmente terceirizado pela empresa REDE SOL FUEL S/A, junto à empresa VEEDER ROOT (sistema de aferição e medição de nível de combustíveis nos tanques em tempo real), fato que pôde ser constatado por esta municipalidade, quando a empresa REDE SOL FUEL, atual fornecedora de combustíveis, fez a substituição dos tanques no posto municipal, tendo terceirizado a reinstalação do VEEDER ROOT.”

Ainda foi exposto pela pasta que a recorrida usou do seu direito editalício e procedeu com uma vistoria técnica nos locais em que irá operar, tendo assim tomado ciência da necessidade de instalação de todos os equipamentos previstos no certame, entendendo não prosperar as alegações de caráter técnico apresentadas pela recorrente. Com relação às demais alegações, a Subsecretaria declarou não possuir expertise técnica para análise.

É o relatório.

## **II. DOS FUNDAMENTOS**





Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

[...]

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo **será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida**, que, **se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior**, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.” (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). O pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Portanto, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.



Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequa ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 22.5 do edital assim dispõe:

“O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos”.

Por certo, esta assessoria jurídica se manifestará sobre os aspectos jurídicos do recurso, cabendo ao Pregoeiro e à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística exarar sua decisão.

## **II.1. Da Comprovação da Capacidade Técnica**





Compulsando os autos do processo licitatório, verifica-se que a recorrente apresentou 9 (nove) atestados de capacidade técnica, emitidos, respectivamente, por Auto Posto Ararajuba Ltda (fls. 560), Auto Posto Futuro GNV de Bonsucesso Ltda (fls. 561), Auto Posto Geranius LTDA ME (fls. 572), Ipeoleo Comércio de Combustíveis Eireli (fls. 563), Posto de Gasolina Italianos Ltda (fls. 564/565), Auto Posto Kalebe Equitativa Ltda (fls. 566/567), Posto de Abastecimento M.E.R LTDA/ Leandro Auto Posto Ltda/ Posto Web Max de Combustíveis Ltda (fls. 568) e Petrovera Derivados de Petróleo Ltda (fls. 569).

Conforme se observa no Termo de Referência (Anexo I do Edital), o objeto licitado é a aquisição, combustível (gasolina comum e óleo diesel-S10) com oferta de maior desconto na média da tabela ANP (Agência Nacional de Petróleo), com fornecimento de sistema de controle e gestão de abastecimento de toda frota de veículos oficiais, cessão de 2 (dois) tanques “aéreos”, um para gasolina comum e outro para diesel s-10 com capacidade mínima de 15.000 LTs cada, com sistema eletrônico para aferição em tempo real do nível de combustível em cada tanque, que atuará como controle de entrada no descarregamento via caminhão-tanque, 2 (duas) bombas de abastecimento do tipo digital, com 2 (dois) bicos cada (gasolina e diesel), além das instalações básicas exigidas pelas normas regulamentadoras e trabalhistas vigentes, para atender às necessidades das Secretarias Municipais.

O art. 67 da Lei 14.133/2021 traz a documentação necessária à comprovação da qualificação técnica, dentre elas, a exigência de certidões ou atestados que demonstrem a capacidade operacional (inciso II), que será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, de acordo com o §1º:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de **serviços similares** de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

(...)



§ 1º A exigência de atestados será **restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação**, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

Da leitura do dispositivo legal, depreende-se que: (i) a comprovação da qualificação técnico-operacional se limita à apresentação de atestados que demonstrem a capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior (inciso II); (ii) a exigência deverá estar restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, consideradas aquelas parcelas que tenham valor individual igual ou superior a 4% do valor estimado da contratação (§ 1º).

A interpretação não pode se dar de forma isolada, tendo em vista que o legislador impõe a observância de ambos os requisitos, ou seja, que a exigência de atestados seja restrita à demonstração da capacidade operacional na execução de serviços similares e, ainda, que tal exigência seja restrita às parcelas de maior relevância/valor significativo do objeto.

E não poderia ser diferente, já que é vedada a exigência de objeto idêntico, mas tão somente compatível/similar ao objeto licitado, sob pena de caracterizar restrição ao caráter competitivo do certame.

Sobre o tema, Marçal Justen Filho<sup>1</sup> assim leciona:

A Administração apenas está autorizada a estabelecer exigências aptas a evidenciar a execução anterior de objeto similar.

Vale dizer, **nem sequer se autoriza exigência de objeto idêntico**.

E, ainda, acrescenta<sup>2</sup>:

Em primeiro lugar, **não há cabimento em impor a exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço idêntico** ao objeto da licitação.

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – 2. ed. - rev., atual. e ampl. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023.

<sup>2</sup> Idem.





O sujeito que executou obra ou serviço idêntico preenche os requisitos para disputar o certame e deve ser habilitado.

Mas **também se deve reconhecer que a idoneidade para executar o objeto licitado pode ser evidenciada por meio da execução de obras ou serviços similares, ainda que não idênticos.**

Em outras palavras, a Administração não pode exigir que o sujeito comprove experiência anterior na execução de um objeto exatamente idêntico àquele licitado - a não ser que exista alguma justificativa lógica, técnica ou científica que dê respaldo a tanto.

(...)

Daí se segue que a Administração deverá identificar os aspectos mais complexos e diferenciados do objeto licitado, para efeito de exigência da experiência anterior.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é consolidada quanto ao tema, ao admitir para fins de qualificação técnica, atestados de serviços com características semelhantes ou de complexidade até superior, mas não idênticas:

Acórdão 298/2024-Plenário

Enunciado

Nas contratações de obras e serviços, as exigências de qualificação técnica devem admitir a experiência anterior do licitante em obras ou serviços com características semelhantes ou de complexidade superior, **e não necessariamente idênticas**, às do objeto pretendido pela contratante.

Acórdão 449/2017-Plenário

Enunciado

Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, **e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado**, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais.

Acórdão 2914/2013-TCU-Plenário

Enunciado

Nas contratações de obras e serviços, as exigências de qualificação técnica devem admitir a experiência anterior em obras ou serviços de características semelhantes, **e não necessariamente idênticas, às do objeto pretendido.**



Acórdão 2003/2011-Plenário

ENUNCIADO

As exigências para habilitação devem ser **compatíveis** com o objeto da licitação, **evitando-se o formalismo desnecessário**.

Acórdão 2898/2012-Plenário

ENUNCIADO

É possível a comprovação de aptidão técnica por atestados de obras ou **serviços similares**, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Acórdão 52/2014-Plenário

ENUNCIADO

É ilegal a exigência de execução pretérita de serviços com qualidade superior ao objeto licitado, uma vez que para a comprovação da qualificação técnica pode-se exigir execução de obra ou serviço **compatível com o objeto licitado**, mas não superior ao que se pretende executar, conforme o disposto no art. 30, inciso II e § 1º, da Lei 8.666/1993.

Acórdão 1585/2015-Plenário

ENUNCIADO

É irregular a delimitação pelo edital de tipologia específica de obras para fins de comprovação de capacidade técnica de licitante, devendo ser admitida a apresentação de atestados que demonstrem a realização de empreendimentos de **natureza similar ao objeto licitado, sob pena de ficar configurada restrição à competitividade**.

Cite-se, ainda, o verbete de número 263 de Súmula do Tribunal de Contas da União:

SÚMULA Nº 263: "Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com **características semelhantes**, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

A jurisprudência dos Tribunais também milita no mesmo sentido:





EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO — AÇÃO ORDINÁRIA — LICITAÇÃO PÚBLICA — ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA — INABILITAÇÃO DA LICITANTE — FORMALISMO EXACERBADO — PRECEDENTES DO STJ — **AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA IDÊNTICO AO OBJETO LICITADO** — DESNECESSIDADE E ILEGALIDADE — RECURSO NÃO PROVIDO — AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. Ausente a devida motivação, é defeso à administração impor exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação. A melhor inteligência da norma insita no art. 30 da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos, quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiverem assentadas em critérios razoáveis. Os rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º). Em razão do julgamento do mérito do Agravo de Instrumento, resta prejudicado o agravo interno, ante a perda superveniente do objeto. (TJ-MT 10110367820198110000 MT, Relator: MARCIO APARECIDO GUEDES, Data de Julgamento: 10/11/2021, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 25/11/2021)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR CONCEDIDA NO PRIMEIRO GRAU PARA SUSPENDER A LICITAÇÃO E EVENTUAL CONTRATO. PREGÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LEITURA DE MEDIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA. ALEGAÇÃO DE QUE O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADO PELA EMPRESA DECLARADA VENCEDORA NÃO DEMONSTRA PERTINÊNCIA QUALITATIVA E QUANTITATIVA PARA COM O OBJETO LICITADO. NÃO ACOLHIMENTO. **CAPACITAÇÃO TÉCNICA DEMONSTRADA A PARTIR DE CONTRATAÇÃO SIMILAR. DESNECESSIDADE DE QUE O ATESTADO CONTEMPLE SERVIÇO IDÊNTICO.** ATENDIMENTO AO ASPECTO QUANTITATIVO DO SERVIÇO REQUERIDO PELO EDITAL. SUPOSTAS NULIDADES NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. ADMINISTRAÇÃO QUE OFERECEU JUSTIFICATIVAS PLAUSÍVEIS PARA A INSERÇÃO DAS EXIGÊNCIAS E FORMAS CONSTANTES DO EDITAL. ILEGALIDADES NÃO DEMONSTRADAS PELA IMPETRANTE/AGRAVADA. RESPEITO ÀS OPÇÕES DO ENTE LICITADOR. VEDAÇÃO AO 5ª Câmara Cível Agravo de Instrumento nº 1.740.125-9 - Pág. 2. CONTROLE DO MÉRITO DO ATO ADMINISTRATIVO PELO



JUDICIÁRIO.DECISÃO AGRAVADA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.  
(TJ-PR - AI: 17401259 PR 1740125-9 (Acórdão), Relator: Juiz Rogério Ribas,  
Data de Julgamento: 02/04/2019, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 2480  
23/04/2019)

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. MENOR PREÇO POR LOTE.  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE COLETA DE  
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. ALEGADA RESTRIÇÃO AO CARÁTER  
COMPETITIVO DO CERTAME. IMPROCEDÊNCIA.

1. É regular a exigência de apresentação atestado de capacidade técnica de modo a assegurar a escolha do participante que demonstre possuir em seus quadros profissional devidamente habilitado para conduzir os trabalhos inerentes ao objeto licitado.

2. **A comprovação de experiência anterior, por meio de atestado de capacidade técnica, pode ser exigida no instrumento convocatório, conquanto essa experiência não esteja condicionada à execução do objeto idêntico àquele licitado.**

3. Admite-se a exigência da comprovação de quantitativos que não ultrapassem o limite de 50% (cinquenta por cento) dos itens de maior relevância da obra ou serviço.

4. Não se confundem os objetivos almejados pela Administração ao exigir atestado de capacidade técnica e balanço patrimonial, pois este documento, juntamente com as demais demonstrações contábeis do último exercício social, visa comprovar a boa situação financeira do licitante e aquele tem por finalidade demonstrar se o licitante possui pessoal técnico habilitado e disponível para execução do objeto da licitação, segundo as exigências descritas no instrumento convocatório. (TCE-MG - DEN: 1013234, Relator: CONS. GILBERTO DINIZ, Data de Julgamento: 14/06/2018, Data de Publicação: 05/07/2018)

AGRAVO INTERNO – DECISÃO MONOCRÁTICA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA — LICITAÇÃO PÚBLICA — ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA — INABILITAÇÃO DA LICITANTE — FORMALISMO EXACERBADO — PRECEDENTES DO STJ — AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA IDÊNTICO AO OBJETO LICITADO — DESNECESSIDADE E ILEGALIDADE — ARGUIÇÃO DE PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO – MATÉRIA NÃO CONHECIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. Diante da devolutividade restrita do recurso de Agravo de Instrumento, a análise de teses não apreciadas pelo Juízo de piso, ainda que de ordem pública, viola os princípios constitucionais do devido processo legal e duplo





grau de jurisdição. Nego Conhecimento a preliminar que consiste na perda superveniente do objeto. 2. Há de se ressaltar que a mesma questão discutida nesses autos, já foram devidamente elucidadas e apreciadas no Agravo de Instrumento identificado pela numeração única: 1011036-78.2019.8.11.0000. Aliás, o próprio Agravante almeja que ambos os recursos sejam apreciados juntos, demonstrando que tratam da mesma matéria. Assim, não há óbice na apreciação do recurso principal por Decisão Monocrática. 3. Ausente a devida motivação, é defeso à administração impor exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação. A melhor inteligência da norma ínsita no art. 30 da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos, quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiverem assentadas em critérios razoáveis. Os rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º). Agravo Interno Desprovido, Decisão Monocrática Mantida. (TJ-MT - AGR: 10102685520198110000, Relator: GILBERTO LOPES BUSSIKI, Data de Julgamento: 07/11/2023, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 13/11/2023).

Portanto, a comprovação da capacidade operacional por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica que demonstrem a execução de objeto/serviço similar é condição que se impõe, sendo vedada a exigência de objeto idêntico.

Conclui-se, assim, que não é possível exigir que as licitantes apresentem atestados que expressamente prevejam a execução do objeto idêntico ao ora licitado.

Portanto, salvo melhor juízo, do ponto de vista estritamente jurídico, bastando a apresentação de atestados comprovando a execução de objeto similar, a exigência teria sido cumprida pela recorrente, sendo certo que, **em detrimento da ausência de expertise desta assessoria jurídica acerca da definição técnica do objeto, não é possível afirmar em sede definitiva a existência de similaridade/compatibilidade.**



No entanto, **quanto a esta questão técnica já se manifestou o setor responsável, Subsecretaria de Veículos Leves e Pesados, às fls. 45/47, tendo a pasta apresentado entendimento no sentido de que, em relação à qualificação técnica o recurso não deve prosperar, conforme apresentado anteriormente no relatório.**

## **II.2. Da Comprovação da Qualificação Econômico-Financeira**

No caso em tela, a recorrente alega que a recorrida não teria capacidade financeira para garantir o contrato, no entanto, o Pregoeiro alegou que a empresa possui o registro na junta comercial, no SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - Sped, publicação em jornal de grande circulação e registro no Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração do Ministério da Economia, salientando ainda que os índices de liquidez apresentados nos anos de 2022 e 2023 estão acima de 1,0, sendo superior ao determinado no edital.

Pois bem, sobre este tema, como possui cunho contábil, esta assessoria não possui expertise para assessoramento. No entanto, caso reste dúvida acerca do tema, pode ser solicitada cooperação junto ao setor de Contabilidade desta municipalidade para análise técnica.

## **II.3. Da Declaração de inidoneidade apresentada pela recorrida em outro certame**

Pois bem, conforme previsto expressamente no item 14 do Edital, que prevê a fase de julgamento, após a fase de negociação cabe ao pregoeiro verificar se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende as condições de participação no certame, devendo o Pregoeiro analisar especialmente quanto a proibição da licitante participar no certame, por meio da consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, conforme alíneas 'b' e 'c' do referido item.





Sendo assim, a análise quanto a aptidão da empresa Flagler Combustíveis S/A em ser habilitada no presente certame cabe ao Pregoeiro. Importante salientar que no item 15.2 há ainda a previsão de que deve ser verificado na fase de habilitação se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que atende aos requisitos de habilitação.

No mais, importante consignar que o Pregoeiro em sua manifestação já se manifestou sobre o tema, entendendo ele se tratar de mero erro formal, o que entende corroborado por toda a documentação e declarações registradas no sistema.

### III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, é possível concluir que:

- a) quanto à comprovação da capacidade técnico-operacional, tanto a doutrina quanto a jurisprudência dos tribunais pátrios e do Tribunal de Contas da União são consolidadas ao admitir a apresentação de atestados de serviços com características semelhantes ou de complexidade até superior, mas não idênticas ao objeto licitado, salvo justificativa lógica, técnica ou científica que motive a excepcionalidade da situação;
- b) quanto à comprovação da capacidade econômico-financeira, esta assessoria não possui expertise para assessoramento. No entanto, caso reste dúvida acerca do tema, pode ser solicitada cooperação junto ao setor de Contabilidade desta municipalidade para análise técnica sobre o tema;
- c) quanto à inidoneidade apresentada pela recorrida em outro certame, esta assessoria entende que cabe ao Pregoeiro o julgamento de habilitação, devendo ele efetuar as consultas necessárias, conforme previsto no item 14 do certame em comento.

**Destarte, opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística para ciência das recomendações postas no presente parecer e manifestação e, após, à Comissão de Pregão I para providências de sua alçada.**

Por derradeiro, importante destacar que o exame desta Assessoria se dá tão somente quanto à legalidade do pedido, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, como questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do Administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

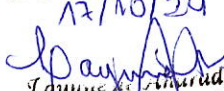
Nova Friburgo, 17 de Outubro de 2024.

  
Amanda Foly Azevedo

Assessor Nível Intermediário de Processos Administrativos

Subprocuradoria de Processos Administrativos

Matrícula nº115.212

DE ACORDO:  
17/10/24  
  
Layme de Almeida Alves  
SUBPROCURADORA DE PROCESSOS  
ADMINISTRATIVOS  
Matrícula: 63.736





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

*Nova Friburgo, 21 de outubro de 2024*

Para: Comissão de Licitação

Prezados,

Cumprimentando-os cordialmente, encaminho para que seja dado continuidade aos procedimentos de praxe, tendo em vista que esta Subsecretaria tomou ciência do parecer de fls. 48-63, não tendo mais nada a acrescentar em relação a questões de ordem técnica.

Atenciosamente,

Alan F. Correa  
Subsecretário de Manutenção  
De veículos Leves e Pesados  
Mat. 105.871



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 25.809/2024

RUBRICA: RN FOLHA: 05

## Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.093/2024.

Processo Licitatório nº: 13.462/2024

Processo Recurso nº: 25.809/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90.093/2024

### OBJETO:

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A, inscrita no CNPJ: 02.913.444/0016-20, através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 25.809/2024.

### I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 10/09/2024. Conforme consta no Termo de Julgamento que integra o Processo 13.462/2024, a empresa REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A. manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 03 a 18.



### Comissão de Pregão I

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

## II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, a recorrente alega que a recorrida não teria comprovado qualificação técnica para instalação e manutenção nos equipamentos de abastecimento, teria demonstrado não ter capacidade financeira para garantir o contrato e teria se declarado inidônea, razão pela qual mereceria ser desclassificada neste certame.

## III. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer que o recurso seja DEFERIDO *in totum*, com a inabilitação da licitante FLAGER COMBUSTÍVEIS S/A, haja vista todos os fatos e fundamentos apresentados neste recurso.

## IV. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A alega que:

- a) forneceu vários atestados que comprovariam o atendimento de serviço com características semelhantes ao objeto do edital, qual seja, o "FORNECIMENTO" de Diesel S10 e Gasolina Comum;
- b) não mereceria prosperar quaisquer das alegações pertinentes à suposta ausência de comprovação de aptidão técnica e/ou econômico-financeira da

### Comissão de Pregão I

empresa licitante, pois a recorrida é auditada anualmente e na forma de seus relatórios de auditoria contábil cumpre com todas as suas obrigações, não possuindo qualquer inconsistência;

- c) no tocante à declaração de inidoneidade apresentada em outro certame, tratou-se apenas de mero erro formal, de digitação, quando da elaboração da declaração geral.

### V. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Quanto aos atestados de Capacidade técnica apresentados, constatou-se que atendem ao objeto principal da licitação que é a "AQUISIÇÃO de COMBUSTÍVEIS (gasolina comum e óleo diesel-S10)". Podemos observar analisando as últimas licitações e conforme prática de mercado que a instalação de tanques e bombas de abastecimento e sistema de medição de combustível e controle de frota não são realizados pela mesma empresa, de modo que a própria REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A. não demonstrou essa expertise nos atestados apresentados na licitação anterior. No entanto, o setor técnico poderá discorrer melhor sobre o assunto.

Quanto ao balanço patrimonial, tal documento apresentado pela empresa FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A possui o registro na junta comercial, no SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped, publicação em jornal de grande circulação e registro no Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração do Ministério da Economia. Cabe salientar que os índices de liquidez apresentados nos anos de 2022 e 2023 estão acima de 1,0, sendo superiores ao determinado no edital, e demonstram a possibilidade de a empresa cumprir os



### Comissão de Pregão I

compromissos assumidos. Desta forma, a análise dos balanços atende ao previsto no instrumento convocatório e na legislação.

Por derradeiro, a legislação imprime que os requisitos para a avaliação da qualificação econômico-financeira dos licitantes são limitados ao rol apresentado. Dessa forma, é vedada a apresentação de requisitos não previstos na lei. O rol é apresentado como limite restritivo máximo já que no caso concreto, o certame pode exigir ou até tornar-se necessária a apresentação reduzida de tais requisitos.

Isso porque a Constituição Federal, no caput do artigo 37, inciso XXI, norteia que as exigências de qualificação técnica e econômica devem ser apenas aquelas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Senão vejamos.

*"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". (grifo nosso).*

### Comissão de Pregão I

Por fim, importante lembrar, de acordo com entendimento da doutrina presente na obra de JUSTEN FILHO, Marçal, Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei nº 14.133/21, que as exigências de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira devem ser as suficientes para avaliar a capacidade do particular para bem executar o objeto a ser contratado; nem mais, nem menos. Sob pena de, ao criar requisitos para além do suficiente, restringir injustificadamente a licitação, ou, ao exigir menos do que o necessário, expor a risco o interesse público envolvido.

Já no tocante à declaração de inidoneidade em outro certame, conforme alegado nas contrarrazões apresentadas, entendemos tratar-se de um mero erro formal, o que é corroborado por toda a documentação e declarações registradas no sistema.

Ante o exposto, com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado. Após análise, recomendamos que o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

### V. DA DECISÃO





SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 25.809/2024

RUBRICA: *Full* FOLHA: *70*

### Comissão de Pregão I

Isto posto, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, subsidiado pelo parecer da Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados (fls. 45 a 47) e Procuradoria Geral do Município (fls. 48 a 63), sem nada mais a evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A., no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.093/2024, e, no mérito, NEGO PROVIMENTO.

Nova Friburgo, 21 de outubro de 2024.

Leonardo Gabrig Peixoto  
Pregoeiro – Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934